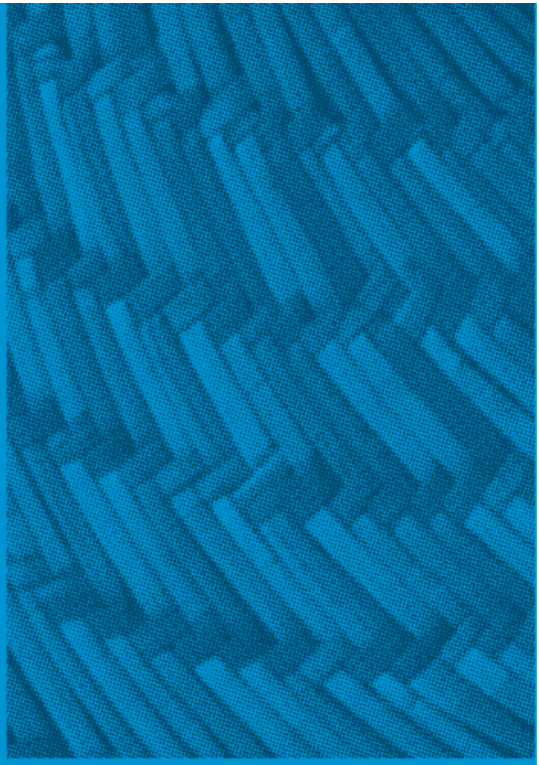
CAPES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Documento de Área

História

Área 40



Coordenadora da Área:
Patrícia Maria Alves de Melo

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:
Cláudia de Jesus Maia

Coordenador Adjunto de Programas Profissionais:
Álvaro Pereira do Nascimento/Mauro Cézar Coelho

2025 – 2028

SUMÁRIO

PREÂMBULO 5
ESTADO DA ARTE 6
A área de História e a pós-graduação no Brasil 6
Mestrados e Doutorados Acadêmicos 9
Mestrados e Doutorados Profissionais 10
Diagnóstico e perspectivas da área 10
Impactos da pandemia de COVID-19 para a área de História 13
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS 16
1.1 Inovações, transformações e propostas 16
1.2 Planejamento dos PPGs no contexto das Instituições de Ensino Superior 17
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs 18
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP) 18
1.5 Visão da Área sobre a modalidade de Ensino à Distância (EaD) 20
1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional 20
1.7 Visão da Área sobre formas associativas 22
1.8 A interdisciplinaridade na Área 22
1.9 Visão da área sobre os processos híbridos de ensino e aprendizagem (PHEA) 23
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL 24
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos 24
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual 24
2.2.1 Produção Bibliográfica 26
2.2.2 Produção Técnica 28
2.3 Perspectivas da área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta 31

3 IMPACTO 33

3.1 Perspectivas de impacto dos PPGs da Área na sociedade 33

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos PPGs (Internacionalização Incluída). Popularização da Ciência 34

3.3 Medidas de indução de interação com a Educação Básica e outros setores da sociedade 37

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA 39

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE 41

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais 41

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI) 42

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade 42

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS 45

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração 45

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação stricto sensu e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial "Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu" disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028

PREÂMBULO

Este documento apresenta considerações sobre o futuro da Área de História e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da CAPES, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de Mestres e Doutores e no aumento da produção intelectual altamente qualificada. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador de APCN, constituem a base dos diferentes processos de avaliação da CAPES.

Temos aqui o resultado de um amplo processo de discussão que contou com a participação dos Programas de Pós-Graduação da Área de História (PPGHs), através da estreita parceria entre a Coordenação da Área na CAPES e o Fórum de Coordenadores de PCHs da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil).

Pela primeira vez, esse Documento foi construído de modo coletivo em um processo iniciado no Seminário de Meio Termo (Brasília/DF, outubro/2023) e ganhou corpo graças ao empenho do Grupo de Trabalho responsável pela tarefa de produzir um amplo diagnóstico da Área. Em março/2024, uma versão robusta do diagnóstico foi apresentada ao Fórum, em Fortaleza/CE. A partir daí, recebeu contribuições e serviu de referência para elaboração da versão deste Documento apreciada pelo Conselho Técnico Científico do Educação Superior (CTC-ES) da CAPES. [1]

Tal iniciativa busca aperfeiçoar o processo de avaliação e refinar seus indicadores, diminuir as assimetrias entre programas e, sobretudo, projetar conjuntamente o futuro da área, ampliando seus impactos sociais.

[1] O Grupo de Trabalho foi composto por Ana Sara Cortez (UFC), Bruno Tadeu Salles (UFOP), Carla Miucci de Barros (UFU), Cristiano Arrais (UFG), Edvaldo Correa Sotana, (UFMT) Fabíula Sevilha (UFRN), Fernando Nicolazzi (UFRGS), Ítalo Santirocchi (UFMA), João Ohara (UFRJ), Júlio Bentivoglio (UFES), Leandro Pereira Gonçalves (UFJF), Marcos Vinicius de Freitas Reis (UNIFAP), Maria Aparecida Cabral (UERJ), Mariana de Moraes Silveira (UFMG), Paulo Duarte Silva (UFRJ), Rafael Dias de Castro (UNIMONTES), Sidney Lobato (UNIFAP), Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ), Vivian Zampa (UNIVERSO), Wagner Geminiano (UFOP). O texto original apresentado ao Fórum em 2024, muito mais amplo, foi redimensionado para atender aos parâmetros da CAPES. A Coordenação da Área agradece, penhoradamente, o empenho das/os colegas na construção desse importante trabalho para nossa Área.

ESTADO DA ARTE

A área de História e a pós-graduação no Brasil

Criado na década de 1960, o sistema de pós-graduação no Brasil tornou-se uma das mais longevas políticas públicas do país. No contexto do debate acerca da Reforma Universitária de 1968, nasceu a partir de um marco importante - o "Parecer Sucupira" – e, desde então, vem sendo referenciado pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação. [2]

A pós-graduação em História nasceu nesta conjuntura. Entre 1971-1980, foram criados mestrados na USP, UFF, PUC/SP, UFPR, UFG, PUC/RS, UFPE, UFSC, UnB, UNICAMP e UNESP-FR. O único doutorado era oferecido pela USP. Nos anos de 1981-1990, criaram-se mestrados na UFRJ, UFRGS, PUC/RJ, UFBA e UFMG. Instituições como UFF, UFPR, UNICAMP e PUC-RS passaram também a oferecer o doutorado. No final dos anos 1990, apenas a região Norte não possuía pós-graduação em História. [3]

A expansão considerável da Área ocorreu a partir dos anos 2000, quando foram criados 29 programas, entre 2002-2011, incluindo os da UFPA e da UFAM; outros 27 surgiram entre 2012-2021. Em 2023, a Área contava 80 programas em funcionamento, conforme o Gráfico 01, a seguir.

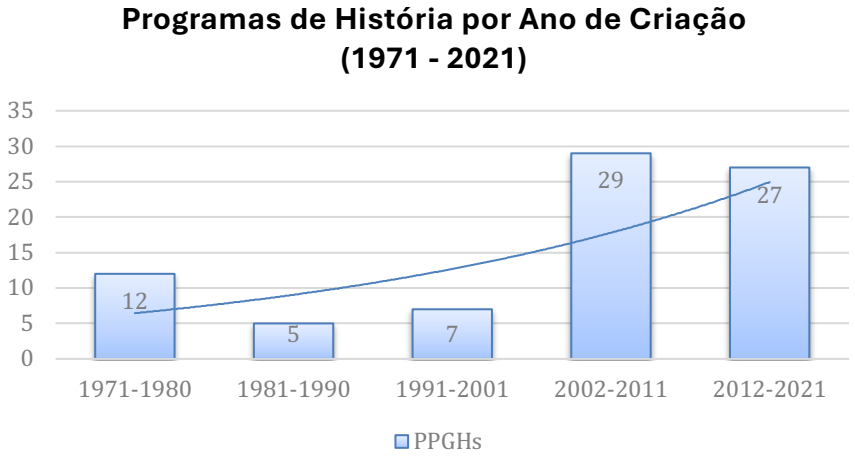


Gráfico 01: Programas de História/Ano de Criação[4]

Considerando a natureza institucional dos PPGHs, predominam as instituições públicas. Em 2000, havia 19% de programas em instituições privadas, 54% em públicas federais e 27% em públicas estaduais. Em 2022, 13% estavam em instituições privadas e 87% em públicas (59% federais e 28% estaduais). Tal expansão está articulada com

[2] Assim ficou conhecido o Parecer 977, do Conselho Federal de Educação datado de 03/12/1965, que definiu e regulamentou a pós-graduação no país. O I PNPG abarcava o período de 1975 a 1979.
[3] Hoje, só dois estados (Roraima e Acre) não contam com programas acadêmicos.
[4] Fonte: Dados da Plataforma Sucupira/CAPES

investimentos no ensino superior público, sobretudo até 2018, por meio de ações como o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e ao incremento nas bolsas e no fomento C, T&I, especialmente a partir de 2007 (Gráfico 2).

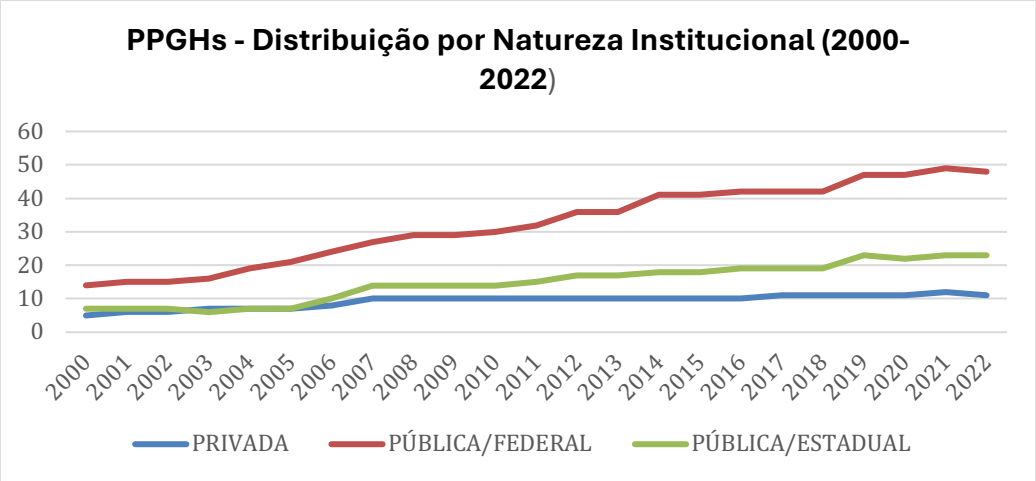


Gráfico 2: PPGHs – Distribuição por Natureza Institucional (2000-2022)[5]

Em relação às modalidades, o primeiro mestrado profissional da Área iniciou em 2003. A partir de 2014, a modalidade cresceu, consolidando-se em 2020 com a criação dos doutorados. Hoje são 12 programas profissionais, conforme o Gráfico 3.

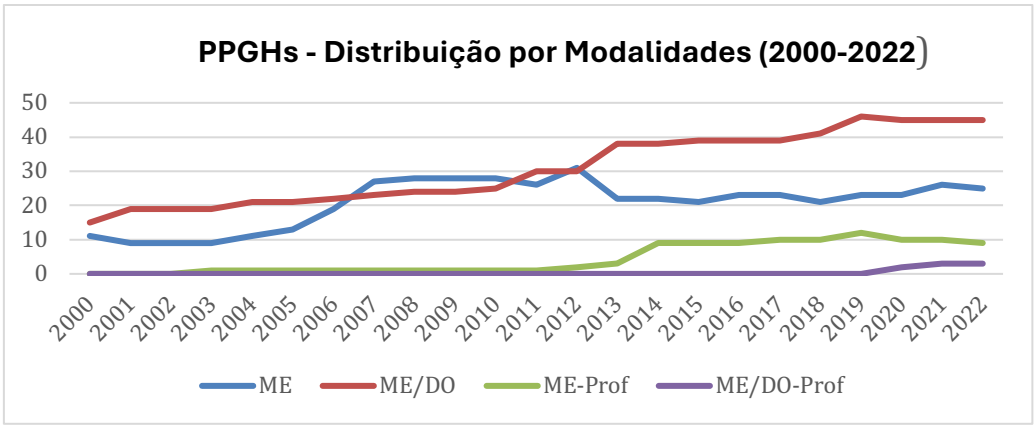


Gráfico 3: PPGHs – Distribuição por Modalidades (2000-2022)[6]

Quanto à concessão de bolsas, dados apontam uma expansão das cotas de mestrado e doutorado até 2015, quando uma conjuntura de grave crise política e econômica provocou redução na oferta de bolsas de mestrado. Levando em conta os dados da CAPES, tal redução foi de 30%, entre 2015 e 2022. Por outro lado, no mesmo período, houve aumento de 18% de bolsas de doutorado (Gráfico 4).

[5]Fonte: GeoCAPES.
[6] Fonte: GeoCAPES.

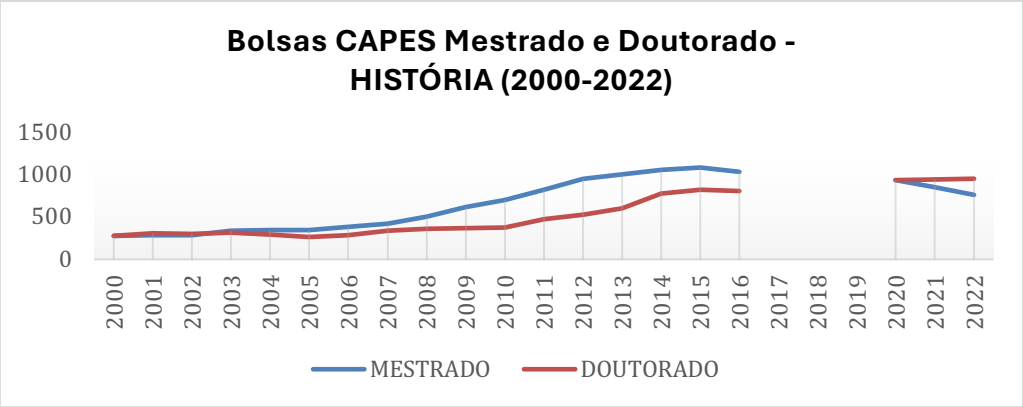


Gráfico 4: Bolsas CAPES de mestrado e doutorado - História (2000-2022).[7]

Sobre as matrículas, há um crescimento consistente entre 2000-2022. Nesse período, a entrada no Doutorado cresceu mais de 200% e a do Mestrado em cerca de 175%. Destaca-se a expansão vertiginosa nas matrículas na modalidade profissional, de 2003 (quando foi criado o primeiro programa na História) até 2022, registrando aumento de 3.136% (Gráfico 5).

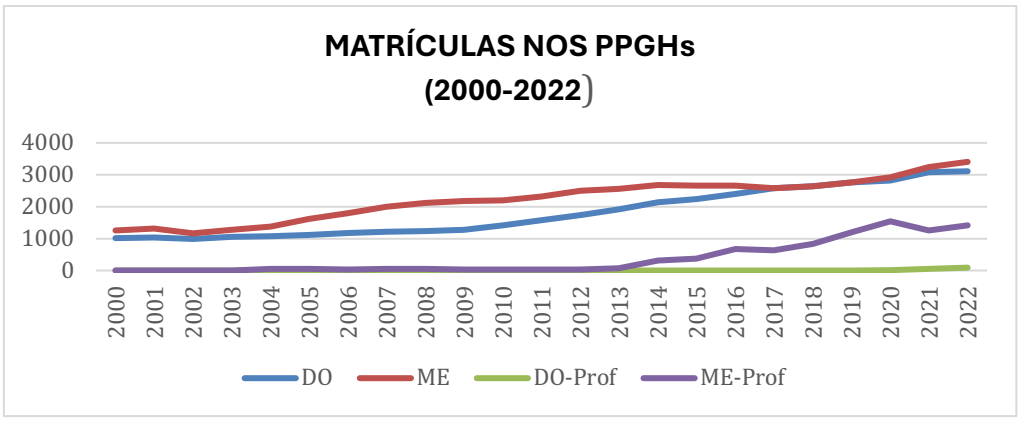


Gráfico 5: Matrículas nos PPGHs (2000-2022[8]*).*

Desta forma, o número de titulados refletiu tal crescimento. Entre 2000 e 2019, o número de mestres(as) formados/as em História no Brasil saltou de 357 para 1.032, um aumento de cerca de 190%. Já no doutorado, o aumento foi de 320%, passando de 121 doutores/as em 2000 para 509, em 2019. No mestrado profissional, entre 2005, quando nove pessoas foram tituladas, e 2019, com 1.188 títulos, o aumento foi de 2.200% (Gráfico 6).

[7] Fonte: GeoCAPES (não há dados por área entre 2017-2019).
[8] Fonte: GeoCAPES

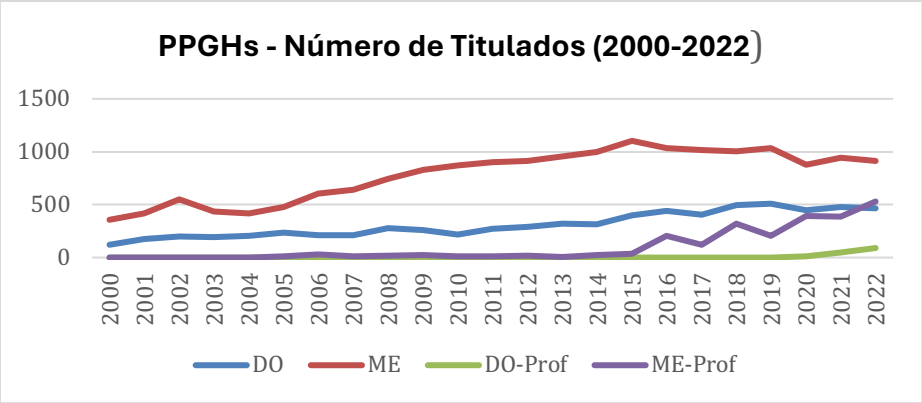


Gráfico 6: PPGHs – Número de Titulados (2000-2022)9.

Cabe destacar os impactos da pandemia no fluxo discente da área, somada à redução do financiamento público aos PPGs. Embora, entre 2019 e 2022, tenha havido um crescimento do número de matrículas na Área (13% no doutorado, 23% no mestrado e 20% no mestrado profissional), notou-se uma redução de titulados nas modalidades acadêmicas, quais sejam, de -8% no doutorado e de -11,5% no mestrado. O mestrado profissional, contudo, registrou no período um aumento considerável de 156% de pessoas tituladas.

Mestrados e Doutorados Acadêmicos

A consolidação dos programas de pós-graduação marcou a transição do lugar social de produção da historiografia brasileira para o interior das universidades: de um lado, configurando mecanismos e ritos de formação e, de outro, institucionalizando um circuito de produção e consumo de pesquisas históricas, com suas normas de legitimação e consagração. Isso porque, embora a graduação em História já existisse desde a década de 1930, sua existência não impactou o circuito de produção e consagração das obras de História. Com os cursos de pós-graduação acadêmicos, se estabeleceram as condições para tal deslocamento e, com ele, uma redefinição do perfil do/a historiador/a-pesquisador/a.

Na Área, o percurso formativo dos mestrados e doutorados acadêmicos teve como foco o treinamento para pesquisas monográficas originais, baseadas em amplas análises documentais e conectadas às dinâmicas disciplinares mais abrangentes. De um lado, esse percurso respondia, mesmo que imperfeitamente, às queixas formuladas em meados do século XX, a respeito do estado da pesquisa histórica no Brasil – da precariedade dos acervos documentais até a falta de preparo para a pesquisa dos graduados. De outro, manifestava certo deslocamento geracional, do ensaísmo dos "intérpretes do Brasil" rumo ao trabalho meticuloso da monografia especializada.

[9] Fonte: GeoCAPES.

Tentava-se, então, profissionalizar a pesquisa histórica e sua conexão com a docência no ensino superior.

O impacto de tais pesquisas é um indicador da institucionalização da pós-graduação no Brasil. Por exemplo, várias teses defendidas nas primeiras décadas do sistema foram publicadas e modularam os debates historiográficos. Essa capacidade de definição da agenda de pesquisas aponta para os eixos organizadores da disciplina. Assim, percebemos o deslocamento da historiografia brasileira rumo à produção acadêmica, a qual passou a pesar na eleição dos objetos, das abordagens e das discussões legítimas.

Mestrados e Doutorados Profissionais

Os mestrados profissionais foram criados no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação, na década de 1990, e o primeiro programa profissional da Área foi criado em 2003.[10] Tais programas têm contribuído para ampliação dos espaços de atuação do(a) historiador(a). Além daqueles voltados para a formação em "serviços históricos" mais amplos, como os de patrimônio, de turismo, de memória e de documentação, expandiram-se PPGs dedicados ao Ensino de História e à qualificação *stricto sensu* de professores da Educação Básica.[11]

De 2013 a 2021, passamos de dois mestrados (notas 3 e 5) para 12 programas (cinco com nota 3; cinco com nota 4 e dois com nota 5). Isso mostra que os profissionais, que se configuraram como uma "grande novidade" no Documento de Área de 2019, estão em consolidação. Hoje, já são oferecidos três doutorados (FGV/RJ, UEMA e UCS). Em 2023, o ProfHistória, primeira experiência de programa profissional em rede da área de História, criado em 2014, teve sua proposta de Doutorado aprovada e, por decisão administrativa, passou a compor a área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica da CAPES.

Diagnóstico e perspectivas da área

Dados de 2022 mostravam a existência e funcionamento de 82 programas de pós-graduação em História (70 na modalidade acadêmica e 12 profissionais). Eram oferecidos 130 cursos (70 M, 45 D, 12 MP e 3 DP). Os programas estavam distribuídos geograficamente como o Gráfico 07, a seguir. [12]

[10] Uma das diretrizes do V PNPG foi o apoio à Educação Básica que estimulou a expansão dos mestrados profissionais na área de ensino de uma maneira geral. O primeiro mestrado profissional da área foi o de "História, Política e Bens Culturais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
[11] Importante registrar os desdobramentos decorrentes da regulamentação da profissão de Historiador, por meio da Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020.
[12] Registram-se alterações nos dados a partir de 2023, com o encerramento das atividades da UNISINOS e a transferência do ProfHistória para a Área 51. Em tempo oportuno, há que se incorporar aos números os novos cursos criados nos APCNs, de 2023 e 2024.

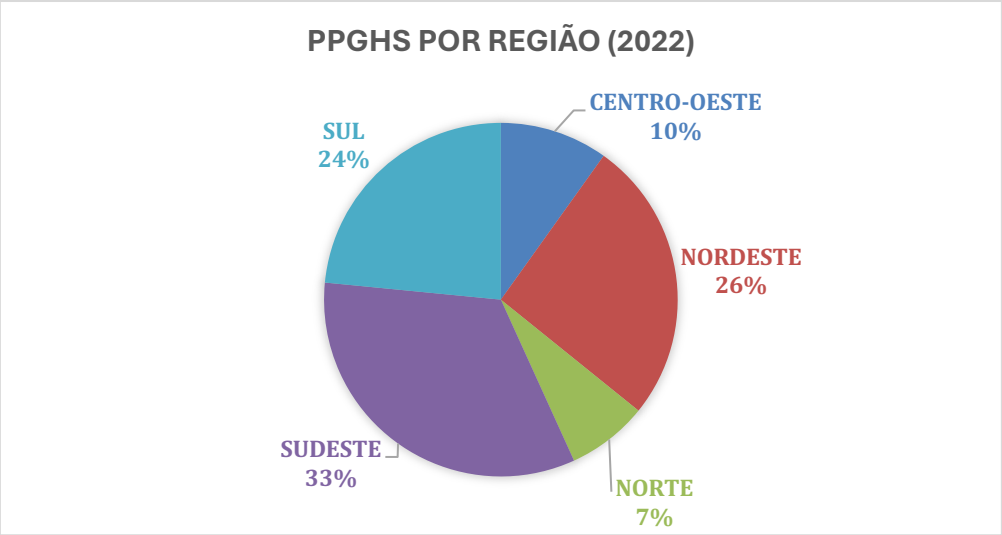


Gráfico 07: PPGHs por região (2022)[13]

A variação regional do número de programas, entre 2000 e 2022, pode ser observada no Gráfico 8, que mostra como a região Nordeste teve o maior crescimento do período, saltando de três programas, em 2000, para 21, em 2022. A região Norte, que não tinha nenhum programa em 2000, passou a ter seis, em 2022. O Centro-Oeste dobrou o número de programas no período; o Sudeste passou de 12 para 27 e a região Sul, de sete para 19. A expansão da área é relevante, mas deve ser registrada sua maior capilaridade regional (Gráfico 8).

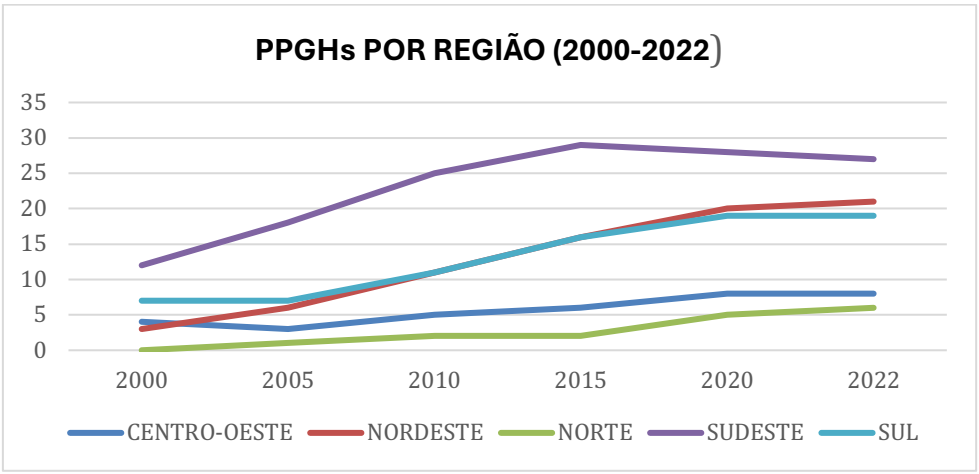


Gráfico 8: PPGHs por região (2000-2022)[14]

No que se refere aos PPGHs Profissionais, ainda temos uma concentração de cursos na região Sudeste, com quatro, seguido do Nordeste, com três cursos; já nas regiões Sul

[13] Fonte: CAPES- Sucupira – Área da História
[14] Fonte: GeoCAPES; CAPES-Área da História.

e Centro-Oeste, com dois cursos cada e no Norte, há apenas um curso em funcionamento.

Embora o maior número de programas tenha expressado uma expansão regional, as notas ainda indicam uma concentração dos mais bem avaliados (notas 7 e 6) no Sudeste. Em alguma medida, essa expansão dos programas tem sido mais quantitativa que qualitativa pois não se refletiu, do mesmo modo, no aumento das notas. O caso do Nordeste é exemplar, foi a região com maior crescimento de programas; no entanto, nenhum deles obteve nota 6 ou 7 (Gráfico 9). Outro número expressivo é o percentual de programas nota 3, na região Norte. Em que pese seu caráter recente, é importante pensar em medidas institucionais para alteração deste quadro. Tais dados apontam a continuidade de assimetrias que devem ser enfrentadas pela área.

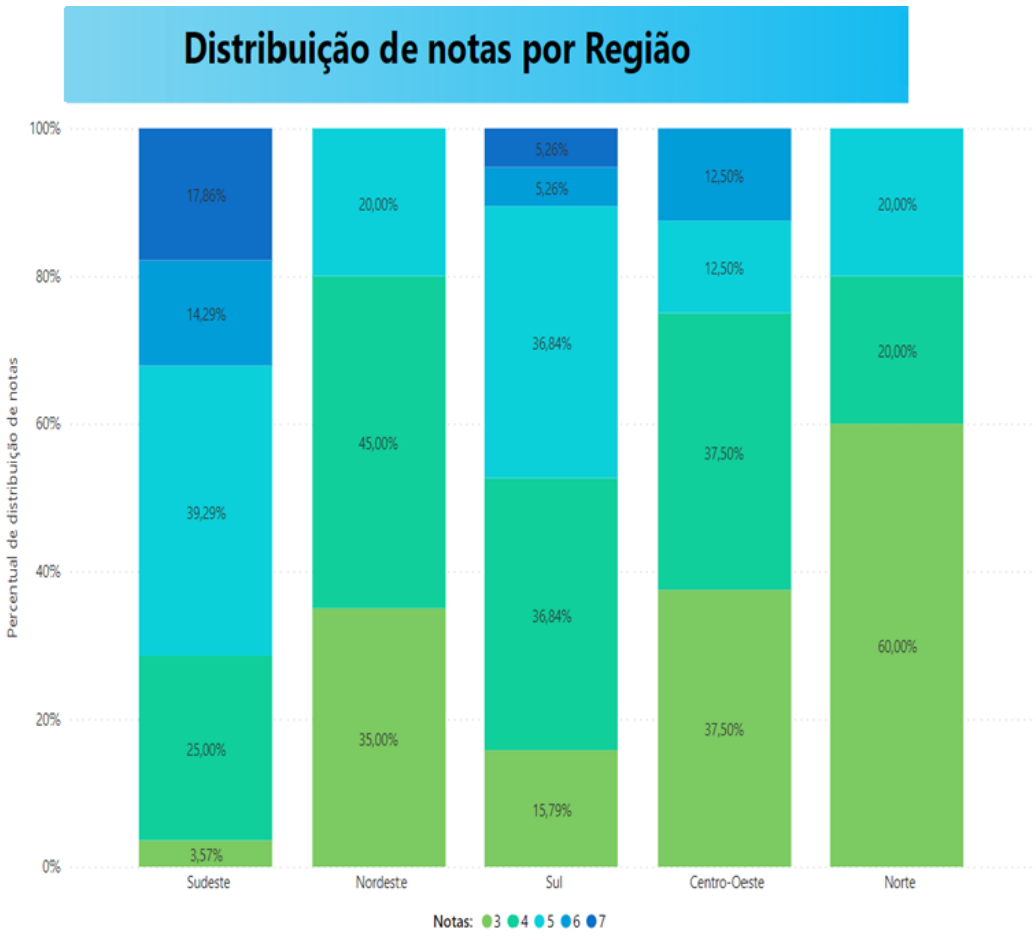


Gráfico 9: Distribuição de notas por Região – Quadrienal 2017-2020[15]

Em 2022, a Área contava 1.981 docentes entre permanentes, colaboradores e visitantes. Desse total, 785 (42,6%) eram do gênero feminino e 1.058 (57,6%) do gênero masculino.[16] Tais números indicam duas questões relevantes. A primeira é a assimetria

[15] Fonte: Sucupira/CAPES

[16] Considerando a atuação docente em diferentes programas, quando se desconsideram os dados duplicados tem-se o número de 1.843 docentes na área da História.

de gênero no corpo docente. Além da assimetria, dados aferidos para 2018-2022, revelam tendência de diminuição do percentual de pessoas identificadas com o gênero feminino. Uma segunda questão refere-se às limitações nos atuais instrumentos de coleta que restringem a identificação de gênero ao modelo binário. A História tem ciência da sua diversidade; porém, não há dados suficientes para seu dimensionamento. Com relação ao recorte de gênero entre pessoas matriculadas em 2022, temos 3.614 (48%) do gênero feminino e 3.839 (52%) do gênero masculino. Assim, constata-se que, entre discentes, a História tem certo equilíbrio na formação, ainda que tal condição não se reflita, do mesmo modo, na carreira universitária, como vimos. Há que se avançar nos estudos para aferir o desempenho da produção por gênero avaliando outras dimensões desse processo. Tais condições só reforçam a necessidade de ações para promoção da equidade de gênero na Área.

Outra limitação dos instrumentos refere-se à avaliação da composição racial da pós-graduação, dificultando a formulação adequada de políticas de ação afirmativa, de inclusão e permanência. Em 2023, a CAPES anunciou a realização de um censo auto declaratório e, com tal medida, aguardamos dados mais robustos sobre todas essas dimensões. [17]

Impactos da pandemia de COVID-19 para a área de História

É inegável o impacto da pandemia; os números são eloquentes. Com relação às pessoas discentes, há dados expressivos do número de ingressantes. Em termos gerais, a Área se aproxima dos números globais da pós-graduação brasileira no mesmo período. No caso da História, há que se registrar as quedas nos ingressantes no Mestrado (-18 9%) e no Doutorado (-21,5%), em 2021/2022, conforme as Tabelas 01 e 02.

Categorias	2019/2020 Variação %	2020/2021 Variação %	2021/2022 Variação %
	M	M	M
Matriculados Ano Anterior	+6,2	+ 7.5	+11.5
Ingressantes	-7.2	+25.8	-18.9
Titulados	- 13.2	+ 8.5	-2.5
Abandono	- 13.5	+ 50	-6.2
Desligados	- 34.4	+ 152.4	-51.9
Matriculados Fim Ano Base	+8.6	+ 11.4	+4.8

Tabela 01 - Fluxo Discente variação %- Mestrado 2019-2022[18]

[17] A assimetria no corpo docente também é percebida na distribuição de bolsas de produtividade (PQ) do CNPq. Entre as 1.526 pessoas docentes dos PPGHs, em 2022, 322 (21%) eram contemplados com bolsas PQ, sendo 149 mulheres (46%) e 173 homens (54%). A maioria (69%) das bolsas são nível 2.
[18] Fonte: Sucupira/CAPES

Categorias	2019/2020 Variação %	2020/2021 Variação %	2021/2022 Variação %
	D	D	D
Matriculados Ano Anterior	+3.02	+5.1	+ 8.3
Ingressantes	- 9.5	+29.7	- 21.5
Titulados	- 12.5	+7.4	- 2.1
Abandono	- 26.3	+ 21.4	+5.8
Desligados	- 17.4	+ 2.6	-61.5
Matriculados Fim Ano Base	+3.4	+9.9	+3.2

Tabela 02 – Fluxo Discente variação %- Doutorado 2019-2022[19]

A pandemia afetou programas na categoria Ingresso, mas isso também se evidencia na da de Abandono. Os anos de 2020/2021 indicam um aumento de 50% do Abandono no mestrado e de 21,4% no doutorado.

Outra variável relevante diz respeito ao tempo médio de defesa que aumentou a partir de 2020 (Tabela 03) reduzindo o número de titulados numa variação de porcentagem (%) de -2,5 no mestrado e -2,1 no doutorado (Tabelas 01 e 02).

Tempo Médio de Defesa (Meses) – 2018 - 2022					
Anos	2018	2019	2020	2021	2022
Mestrado	29,79	29,18	29,9	30,39	31,81
Doutorado	54,67	54,57	55,06	56,91	57,85

Tabela 03 - Tempo médio de defesa (meses) 2018-2022[20]

A pandemia também impactou a produção docente. Analisando os dados da produção total (25 subtipos), vê-se um crescimento contínuo entre 2016 e 2021. Porém, entre 2021-2022, há um decréscimo de 17,66%, evidenciando a relação direta entre a pandemia e queda da produção (Gráfico 10).

[19] Fonte: Sucupira/CAPES
[20] Fonte: Sucupira/CAPES

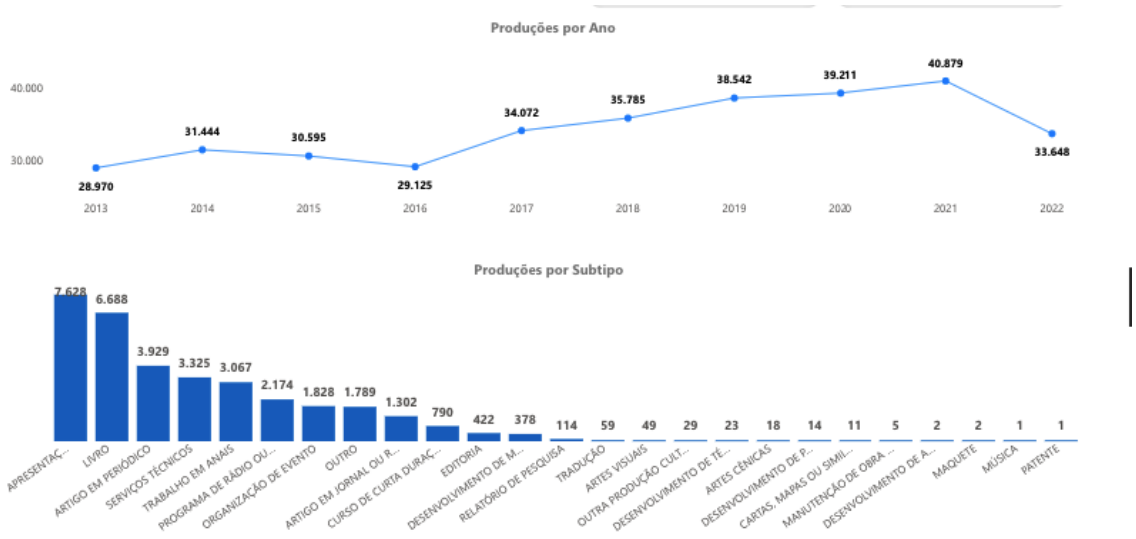


Gráfico 10: Total da Produção Docente por ano (2013-2022) –Cursos Mestrado e Doutorado/Modalidades Acadêmico e Profissional[21]

Os números mais expressivos referem-se à redução da publicação de Artigos em Periódicos. A tendência de crescimento notada entre 2016-2019 é interrompida por um decréscimo de 2,21% entre 2020-2021, seguindo-se uma queda de 19,45%, entre 2021 e 2022. Quanto aos Livros, a tendência é similar. O crescimento é interrompido em 2021, quando se registra um decréscimo de 8,11%. Quanto às Apresentações de Trabalhos, a queda foi de 23,64%, em 2020; houve uma retomada em 2021, da ordem de 14,62% e, em 2022, uma nova queda de 20,91%.

[21] Fonte: Sucupira/CAPES

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, transformações e propostas

A área de História tem acompanhado tendências internacionais de pesquisa, incorporando temáticas, conceitos analíticos, debates teóricos e abordagens em sintonia com centros internacionais de referência. Nos últimos anos, há um movimento importante de proposição de caminhos de autonomia e de experiências de afirmação, tendo em vista especificidades nacionais e regionais, bem como um diálogo mais intenso Sul-Sul, especialmente com países tanto da América Latina quanto da África.

Permanece a tendência dos programas de caracterizarem suas áreas de concentração e linhas de pesquisa a partir de domínios da História mais tradicionais e abrangentes, como a política ou a cultura, ou a partir de temáticas como o ensino ou patrimônio. Destaca-se a preocupação com o ensino de História sinalizando uma maior integração entre a pesquisa acadêmica e a Educação Básica, destino profissional da imensa maioria de mestres e doutores formados.[22]

A Área defende a importância de cursos e disciplinas articulados com as áreas de concentração e linhas de pesquisa, que se utilizem de referências bibliográficas clássicas e recentes, considerando sua diversidade teórica e seu pluralismo temático. Explicita-se a necessidade de contemplar textos e obras que contribuam para equidade de gênero, raça e etnia. Ao mesmo tempo, é imprescindível valorizar a produção nacional e do Sul Global, sem descurar daquela dos centros hegemônicos.

Recomenda-se que os programas evidenciem a relação entre as pesquisas históricas desenvolvidas, com suas especificidades e desafios locais. É muito relevante que o programa tenha clareza dos impactos de sua atuação na região onde se situa, considerando suas variadas dimensões, e, sobretudo, que isso ganhe materialidade efetiva nas suas ações. A preocupação com a redução de assimetrias, com o enfrentamento das desigualdades de gênero, étnico-raciais, com o avanço da educação de qualidade, temas essenciais que dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, devem estar no horizonte do planejamento estratégico e das ações dos programas

Deve-se destacar a existência e a utilização dos acervos documentais disponíveis sem perder de vista o uso, cada vez maior, de suportes e documentos digitais. Uma questão

[22] Existe uma predominância de termos como cultura, sociedade e política nas linhas de pesquisa e áreas de concentração, com evidente declínio de domínios como a economia nos estudos históricos. Há temas em franca expansão, com grande destaque para o ensino, além de outros como povos indígenas e tradicionais, gênero, cultura e história afro-brasileira e africana, bem como aqueles que rompem com os limites nacionais, como histórias conectadas e globais.

que tende a ganhar enorme importância diz respeito aos usos da chamada Inteligência Artificial (IA). A Área chama atenção para a necessidade de ampliação do debate e do acompanhamento sistemático das pesquisas sobre IA considerando suas implicações no ensino e na pesquisa.

Essas observações, considerando as mudanças vividas pela Área, projetam a formação de profissionais com autonomia intelectual e experiência para lidar com diferentes problemas, em sintonia com as inovações e avanços dos estudos históricos no Brasil e no mundo.

1.2 Planejamento dos PPGs no contexto das Instituições de Ensino Superior

O planejamento dos PPGHs não pode ser desvinculado do das graduações em História, quando existentes. A pós-graduação não pode ser pensada separadamente da graduação porque isso tem impacto direto no planejamento, nas políticas de expansão do quadro e na atribuição de carga horária docente e de pesquisa. Uma distribuição desequilibrada pode ocasionar sobrecarga docente com impactos severos no desempenho do programa. Recomenda-se que cada PPG elabore um plano de desenvolvimento próprio, que oriente suas ações no quadriênio, observando a política de desenvolvimento de sua instituição e as demandas do seu contexto para a pesquisa histórica.

É imprescindível que tal plano esteja alinhado às modalidades de planejamento disponíveis na Instituição (Planejamento Estratégico e/ou Plano de Desenvolvimento Institucional), com vistas à gestão do futuro do programa, melhorias na infraestrutura, condições de acessibilidade, expansão e qualificação do corpo docente, condições de acesso e permanência para discentes, incentivo à produção intelectual, melhoria das condições de trabalho docente, entre outros pontos. É essencial assegurar o compromisso efetivo com a manutenção do programa e o modo como suas ações serão apoiadas institucionalmente.

Esse plano deve ser participativo, contando com a contribuição da comunidade acadêmica e em articulação com a autoavaliação. Para isso, recomenda-se a criação de Comissões de Planejamento Estratégico que dialoguem com as demandas da IES e com a comunidade acadêmica do PPGH. Na mesma direção, é importante repensar os atuais modelos de gestão dos programas concentrados na Coordenação. Vale a pena construir outras estruturas de gestão, mais flexíveis e ampliadas, como por exemplo, a formação de Comissões Temáticas para fortalecer ações coletivas de fortalecimento do Programa.

Espera-se que o planejamento apresente os objetivos e metas formativas, defina estratégias operacionais e aponte as metas a serem alcançadas ao final do quadriênio. Estes devem ser adequados às especificidades institucionais e macrorregionais de cada PPGH. Devem, também, ser expressos critérios de credenciamento e descredenciamento

dos docentes, seleção discente e distribuição de bolsas, incluindo as ações afirmativas visando o ingresso e permanência de públicos historicamente sub-representados na pós-graduação, como pessoas negras, indígenas, com deficiência, LGBTQIAP+, refugiados, assentados e quilombolas.

Será importante explicitar as ações afirmativas com vistas à equidade de gênero e aos procedimentos que considerem as licenças parentais para discentes e docentes. É ainda importante que os PPGHs busquem a institucionalização de práticas associadas à saúde mental de docentes e discentes.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs

Cada programa deverá criar um sistema de autoavaliação que contribua para a melhoria de seu desempenho e, para isso, recomenda-se a criação de Comissão de Autoavaliação. Esse processo deve ocorrer de forma participativa e contínua, articulada com a política de autoavaliação da IES e com os objetivos, metas e estratégias propostas no planejamento do PPGH.

Deve-se atentar para a qualidade e para as características da formação de cada Programa, o conhecimento produzido e sua articulação com a historiografia nacional e internacional. Além disso, deve-se ponderar e aferir os impactos científico, político, educacional, econômico e social do PPGH nos níveis internacional, nacional, regional e local.

O foco da autoavaliação deverá incidir sobre a formação discente, a produção intelectual, sob a perspectiva da inserção social, científica e profissional e o acompanhamento de egressos. O monitoramento sistemático, por meio do diálogo com egressos e da elaboração de meios de consulta à comunidade acadêmica do PPGH, será central nesse processo. No mesmo sentido, os/as técnico/as, docentes e pós-doutorando/as, eventualmente vinculados ao PPGH, também devem participar do processo. Os procedimentos para a definição da sistemática de avaliação devem estar de acordo com as orientações da CAPES e com os modelos de cada IES. Vale a pena sublinhar que os resultados da Autoavaliação são essenciais para a construção, aplicação e acompanhamento do Planejamento Estratégico do PPG.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

Para o bom desenvolvimento dos cursos, a Área considera serem quatro os pré-requisitos para docentes permanentes: a) coordenar ou estar vinculado a um projeto de pesquisa, b) ministrar disciplina no curso, c) orientar trabalhos de conclusão e d) manter regularidade na produção intelectual. Consideram-se ainda a formação do/a docente em algum nível (graduação, mestrado ou doutorado) na área de História; a dedicação em

tempo integral à instituição; a inserção e articulação em atividades da graduação, como orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e a Iniciação Científica (IC).

Para a composição do corpo docente dos mestrados, é necessário, no mínimo, dez (10) docentes permanentes. Para o doutorado (acadêmico e profissional), o número deve ser de, no mínimo, doze (12) docentes permanentes. O número de colaboradores não deve ser superior a 30%.[23]

Tendo-se em vista os pré-requisitos de docentes permanentes e do corpo docente do Programa, será considerada a existência de, no mínimo, 70% do corpo docente com formação em História, em algum nível (graduação, mestrado ou doutorado), para os programas acadêmicos e 60 % para os profissionais. Além disso, é valorizada a diversidade de formação e as instituições de origem do(a)s docentes permanentes, estabelecendo-se um limite máximo de 50% dos doutores formados em uma mesma instituição, para evitar a endogenia.[24]

É fundamental que, pelo menos, 70% das pessoas docentes tenham dedicação em tempo integral à instituição. Aceitam-se, no máximo, 30% de docentes externos/as à instituição proponente.[25] A presença de bolsistas de produtividade ou equivalente entre docentes é indicativo de comprometimento com a pesquisa. A experiência internacional de docentes (professor/a visitante, estágio pós-doutoral e missões de curta duração) realizada no programa é valorizada pela Área.

É fundamental avaliar o envolvimento do corpo docente nas atividades de formação do programa. Nesse sentido, é esperado que, pelo menos, 70% do(a)s docentes ofereçam disciplinas no programa ao longo do quadriênio, e que, pelo menos, 80% tenham orientado, ao menos, dois trabalhos de pós-graduação. A realização de, no mínimo, uma defesa de dissertação ou tese por parte de 80% dos/as docentes é um indicador relevante da participação no processo de formação.

Todo o corpo docente deve estar vinculado aos projetos de pesquisa, garantindo assim a integração entre ensino e pesquisa. Isso é condição imprescindível. A Área avalia positivamente a integração dos projetos e a presença de equipes de trabalho com experiência de colaboração evitando-se um alto número de projetos individualizados.

[23] Condições excepcionais de assimetrias regionais, devidamente justificadas, podem reduzir esses números tal como já foi indicado no Documento Orientador de APCN 2023. Importante salientar que há necessidade de revisão do número de DPs para o Doutorado Acadêmico indicado no APCN 2023. Em nova discussão com a Comunidade em 2024, verificou-se que o número de 15 DPs não era compatível com as médias da Área e decidiu-se pela sua redução para 12 (doze) DPs para os Doutorados Acadêmicos, mesmo número exigido para os Doutorados Profissionais. Novos APCNs devem ser apreciados levando em consideração esse ajuste e, quando oportuno, o Documento Orientador de APCN deverá ser revisto.

[24] Casos excepcionais que ultrapassem esse percentual devem ser devidamente contextualizados e justificados.

[25] Casos excepcionais, como os das propostas associativas, serão avaliados a partir da sua configuração e do devido detalhamento das condições de execução.

Reitera-se ainda a importância de acompanhar sua aderência às LP e à área de concentração.

Por fim, a orientação de trabalhos na graduação, como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), projetos de Iniciação Científica (IC) e projetos de extensão por, pelo menos, 70% do(a)s docentes, demonstra o compromisso do programa com a formação acadêmica desde os níveis iniciais. A Área recomenda que os programas observem um número máximo de orientações de pós-graduação de até oito por docente.

1.5 Visão da Área sobre a modalidade de Ensino à Distância (EaD)

Em relação ao Ensino à Distância (EaD), de acordo com a legislação e normas vigentes, é possível propor cursos de mestrado e doutorado nesta modalidade. A Área não tem experiência prévia nessa modalidade de ensino, mas entende que apenas as Instituições de Ensino Superior (IES), que oferecem cursos presenciais de Pós-Graduação em História, que passaram por duas avaliações consideradas como Muito Boa, na produção intelectual, podem propor e manter cursos EaD, mediante parecer prévio dos órgãos superiores. Além disso, dadas as características dos processos de produção científica na Área, entende-se que, tanto os docentes orientadores quanto os(as) tutores(as) nos polos, devem possuir o título de doutor(a). A Área entende que a possibilidade de disciplinas serem realizadas à distância não exime os cursos na modalidade EaD de promover atividades presenciais, como a manipulação de acervos, bancas de qualificação e de defesa de dissertação e de tese. Outras recomendações estão detalhadas no Documento Orientador de APCN da Área de História.

1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional

A experiência dos cursos profissionais tem-se mostrado rica e inovadora, principalmente nos campos de formação docente, ensino de História e patrimônio, além de fornecer subsídios à construção/implantação de políticas públicas. São programas comprometidos com o tratamento acadêmico de problemas de investigação, decorrentes das múltiplas realidades sociais contemporâneas, buscando soluções aplicadas para enfrentar tais desafios. A perspectiva é de mapear alternativas de intervenção social, por meio de procedimentos científicos e de oferecer caminhos (produtos/processos/conhecimentos), com aplicação prática e direta que contribuam para soluções concretas a diversas questões sociais.

O caráter aplicado dos seus produtos técnicos ou tecnológicos e dissertativos incorpora ainda metodologias e interlocuções teóricas da historiografia, em sua constante interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento. Tais demandas e compromissos retroalimentam a vocação dos PPGHs em manter um diálogo constante

com a sociedade civil, organizada ou não, para disseminar intervenções concretas nas realidades sociais brasileiras.

Seus ingressantes são candidatos/as de diversas áreas, docentes da Educação Básica, integrantes de ONGs, de movimentos sociais, associações de bairro, agremiações, museus, arquivos e outros coletivos, além de pessoas ligadas aos órgãos públicos e empresas privadas. São pesquisadores(as) que elegem como objeto de pesquisa demandas sociais que identificam durante suas experiências pessoais no atendimento à sociedade e se comprometem com a produção de soluções amadurecidas academicamente para tais problemas.

O diferencial da Modalidade Profissional é a possibilidade de proposições articuladas aos desafios da profissão e a construção de diferentes formatos como produto, a exemplo de documentários, exposições, materiais didáticos inovadores, projetos de intervenções em escolas, museus e outros espaços educativos formais e informais. O texto dissertativo, de caráter propositivo de temas e questões abordadas no processo de formação, também pode ser considerado como um produto final. A Área vê como positiva a expansão dessa modalidade em nível de Doutorado e recomenda que se amadureça coletivamente o debate para a definição de suas diferenças em relação aos mestrados profissionais e doutorados acadêmicos existentes. Tal expectativa leva em consideração que tal debate já está sendo feito dentro do Fórum de Coordenadores da ANPUH. O desafio do financiamento ainda está na ordem do dia e é algo a ser ponderado para que tais programas se consolidem.

Os Produtos Técnicos são uma questão-chave nos programas profissionais. Seus docentes e pós-graduandos devem dedicar-se à sua construção de modo sistemático para garantir a consolidação de seus programas. De modo geral, envolvem pesquisas direcionadas aos arquivos, museus e/ou para obras específicas e/ou efemérides; consultorias ligadas à memória institucional para empresas privadas e instituições públicas; trabalho sobre patrimônio histórico em instituições públicas; trabalho com documentos históricos e organização de acervos; turismo histórico; montagem e curadoria de exposições; memória local, em articulação com prefeituras, ONGs e movimentos sociais; e produção de conteúdo especializado para o cinema, a televisão e as mídias digitais, dentre outros.

A Área entende que a modalidade possui grande potencial na formação de profissionais para os espaços formais e não-formais de educação histórica e de História Pública. Alguns de seus desafios são os de: a) equilibrar a distribuição entre as regiões do país, evitando sombreamentos; b) ampliar o debate sobre competências e habilidades de egressos; c) avançar na diversificação dos Produtos Finais e que a produção docente siga o mesmo perfil; d) constituir-se como espaço preferencial de debate para atuação profissional; e) diversificar e consolidar fluxos regulares de financiamento, persistindo no esforço de garantir suas identidades/especificidades enquanto modalidade.

1.7 Visão da Área sobre formas associativas

A Área vê com boas perspectivas de futuro a associação entre diferentes IES como uma forma viável de possibilitar a constituição de PPGHs em regiões com demanda de pós-graduação, mas com peculiaridades bem definidas. A assimetria regional é um dado ponderável, mas não é o único. A associação pode contribuir para a proposição de agendas de pesquisa/formação inovadoras, disruptivas e compartilhadas entre docentes, instituições e comunidades acadêmicas. Uma proposta colaborativa ampliaria o potencial participativo e experimental dos campos de pesquisa dos PPGHs.

Considerando sua composição, interesses institucionais e afinidades, os PPGHs podem considerar estratégica a associação de duas ou mais IES – em particular, quando voltados (os PPGHs) para uma subárea – e, quando pertinente, articular-se aos processos históricos locais, regionais, macrorregionais e/ou globais em que estão inseridos. Enfatiza-se, por fim, que as propostas associativas devem ter como referência as orientações para APCN em vigor, evidenciando como a equipe, fisicamente dispersa, irá realizar e compartilhar as atividades formativas. Situações excepcionais de organização e de execução devem ser devidamente justificadas e circunstanciadas. É essencial destacar as responsabilidades institucionais pertinentes a cada instituição parceira e, se for o caso, o tempo de duração da ação associada.

1.8 A interdisciplinaridade na Área

A História considera-se aberta aos diálogos interdisciplinares, que são observáveis na produção de docentes e discentes. Tais diálogos, no que se refere à inclusão de temáticas, modelos metodológicos, conceitos e abordagens teóricas, tanto na formação discente, quanto no desenvolvimento da pesquisa, contribui para a constante ampliação das questões de investigação e para revisão crítica de seus instrumentais analíticos, fortalecendo a área de História e de seu alcance.

Esta característica também está presente na composição do corpo docente e discente. Os PPGHs credenciam Doutores de outras áreas do conhecimento que ampliam o fazer historiográfico a partir das experiências de suas áreas de origem (Antropologia, Sociologia, Literatura, Economia, Geografia, Direito, Filosofia, entre outras). Os programas também incentivam o ingresso de discentes provenientes de outras áreas do conhecimento que contribuem com novas perspectivas de investigação.

Essas experiências, contudo, ainda não parecem estar amadurecidas o suficiente na Área para construção de programas com algum grau de interdisciplinaridade. A Coordenação da Área considera positivamente iniciativas que permitam avançar no amadurecimento dessa dimensão.

1.9 Visão da área sobre os processos híbridos de ensino e aprendizagem (PHEA)

O ensino híbrido (Processo Híbrido de Ensino e Aprendizagem – PHEA) é definido como uma metodologia de ensino e não uma modalidade. Portanto, são métodos que utilizam tecnologias de informação e podem ser adotados em cursos presenciais, de acordo com limites e regramentos institucionais. Além disso, pode-se pensar em ampliar a interação e a colaboração com a participação de pesquisadores internacionais e facilitar a circulação de pesquisadores nacionais. Isso pode dinamizar as atividades de ensino e de pesquisa, promovendo intercâmbios de diferentes dimensões e naturezas.

Entende-se que existem muitas possibilidades como a de criar redes articuladas de disciplinas oferecidas em conjunto por diferentes PPGHs, entre algumas das ações possíveis para contribuir para ampliação da solidariedade entre programas, ampliar o diálogo acadêmico e contribuir para redução de assimetrias. Recomenda-se que, em cursos presenciais que adotem mecanismos de ensino remoto e ensino híbrido, as atividades online (síncronas ou assíncronas) não ultrapassem 25% da carga horária total dos créditos exigidos para integralização do curso, observadas as regras sobre o tema da respectiva IES.

Em caso de necessidade de alteração desse percentual, importante circunstanciar e justificar as condições para tal alteração. Por fim, importa sublinhar que sua adoção implica na observância da legislação vigente, na adequação dos regimentos dos PPGHs, mas, sobretudo, deve se estar atento para que tal procedimento metodológico esteja, efetivamente, ao alcance das pessoas pós-graduandas no que se refere à disponibilidade dos equipamentos e condições essenciais para sua realização. Importante observar as recomendações da Instrução Normativa GAB/CAPES nº 2, de 3 de dezembro de 2024 sobre o tema.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

Nos programas acadêmicos de mestrado e doutorado em História, o perfil do(a) egresso(a) deve ser direcionado para a atuação na docência de nível superior e nas atividades de pesquisa histórica. Devem expressar domínio das bases epistemológicas e metodológicas do campo, demonstrar habilidades avançadas em pesquisa, interpretação e análise crítica de fontes e bibliografia. Devem ter a capacidade de propor e desenvolver interpretações inovadoras sobre questões do campo da pesquisa histórica e da historiografia, com o intuito de contribuir para o avanço do conhecimento histórico e para sua aplicação em ambientes acadêmicos e consultorias especializadas.

Nos mestrados profissionais em História, espera-se que o/a egresso/a seja capaz de propor, desenvolver e mediar conhecimentos, técnicas e processos relacionados as diversas frentes de atuação. O foco está na aplicação prática do conhecimento histórico em contextos profissionais específicos, em atividades como pesquisa e documentação, organização de informações históricas, elaboração de material didático e consultoria especializada.

Nos doutorados profissionais em História, devem dominar as bases epistemológicas e metodológicas para construir novos conhecimentos e técnicas relativas a seu campo de atuação, com uma abordagem mais aprofundada e autônoma. Devem ser capazes de contribuir para o desenvolvimento e aplicação do conhecimento histórico, com uma visão crítica e reflexiva sobre temas como patrimônio histórico, serviços de pesquisa, museologia, entre outros, além de possuir habilidades de ensino e produção de material didático de alto nível.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

Em 2024, o CTC-ES discutiu e aprovou uma mudança conceitual na avaliação da produção intelectual que se desdobrou em novos procedimentos. Tal mudança prioriza a avaliação qualitativa da produção intelectual dos programas e, nessa direção, a área de História, em diálogo com o Fórum de Coordenadores da ANPUH-BR, Fórum de Editores e GT de Periódicos, propôs um modelo que dê conta dos Parâmetros Comuns de Avaliação e as especificidades da área. A Área resolveu adotar o Procedimento 3, dentre os aprovados pelo CTC-ES e, à partida, é importante indicar alguns princípios norteadores desse processo de avaliação qualitativa.

A Área de História considera imprescindível a aderência[26] da produção intelectual (bibliográfica e técnica) do(a)s docentes às áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa. A avaliação da produção intelectual considerará as produções bibliográficas e técnicas, de acordo com a modalidade do curso. É fundamental que cada membro do CD apresente produção intelectual como indicado na Ficha de Avaliação.

Outro ponto é o potencial de inovação[27] dos produtos intelectuais destacados. Tal dimensão ganhará mais evidência quando da avaliação dos Impactos do PPG e voltaremos ao tema ainda nesse documento. Isso inclui a originalidade da abordagem, a relevância do tema, o uso de fontes inovadoras e a aplicação de novas metodologias. Além disso, é preciso considerar o potencial de contribuição do conjunto de produtos intelectuais para o campo da pesquisa histórica. Isso envolve não apenas a qualidade intrínseca dos trabalhos, mas também sua capacidade de influenciar e inspirar outras pesquisas na área. Os produtos indicados devem contribuir para o avanço do conhecimento histórico, oferecendo novas perspectivas, abordagens e descobertas que enriqueçam o campo. Por fim, o potencial de impacto e de relevância dos produtos intelectuais também deve ser avaliado e isso, eventualmente, pode incluir considerações sobre os veículos de divulgação utilizados, o público-alvo e a capacidade de alcance dos ditos trabalhos.[28]

Importante destacar que existem diferenças relevantes entre os produtos apresentados por Programas Acadêmicos e por Programas Profissionais que devem persistir para que sejam resguardadas as identidades, especificidades e compromissos de formação das ditas modalidades. Quanto ao número e à natureza de produtos apresentados para a avaliação, a Ficha serve de referência inicial porque estamos tratando de questões procedimentais que podem ser revistas e adequadas à conjuntura da Avaliação Quadrienal.

[26] **Aderência** é um conceito multidimensional. À partida, ele toma como referência o contexto acadêmico de cada trabalho finalizado no programa e sua identidade. Nesse sentido, é essencial indicar e explicitar seus vínculos com a linha de pesquisa e com a área de concentração. Também é relevante identificar a coerência, a coesão, as afinidades epistemológicas e, no nosso caso, histórico-historiográficas. Em alguns casos, o conceito de aderência pode assumir dimensões relacionadas as práticas profissionais que devem ser indicadas, contextualizadas e justificadas.

[27] **Inovação** é entendida, inicialmente, como: a originalidade/ineditismo da pesquisa; o recorte temático que valoriza temas pouco estudados e preencha lacunas de conhecimento; a utilização de novas metodologias, fontes e processos; a produção de caráter experimental; a difusão da produção em diferentes meios; o diálogo estratégico de áreas lacunares com o conhecimento científico internacional; o incremento de novas tecnologias sociais, culturais, educacionais e ambientais; o avanço nas fronteiras do conhecimento e a contribuição para a elaboração de políticas públicas.

[28] **Impacto e relevância** são noções em elaboração na Área. Tal como conceito de Inovação, estamos tomando como referência o debate em áreas afins à História e, de modo preliminar, considera-se que **Impacto** representa o resultado, consequências ou benefícios percebidos pela sociedade em decorrência da introdução de produtos, processos e tecnologias desenvolvidos na pós-graduação. **Relevância** é o grau de importância que um grupo ou sociedade atribui a algo. Dimensões de impacto devem ser consideradas em consonância com a missão e perfil dos programas.

2.2.1 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Para avaliação da produção dos PPGs, será observada a aderência dos produtos intelectuais com as áreas de concentração e linhas de pesquisa, sua relevância para o debate social e político contemporâneo e para compreensão das articulações passados/presentes. Tais dimensões não serão, de nenhuma forma, reduzidas às suas características quantitativas. Todo processo avaliativo será construído na perspectiva de elaborar e aprimorar indicadores e parâmetros que priorizem a dimensão qualitativa da avaliação. Esse é um conceito fundamental que deve presidir o debate na Área de História.

Quanto aos artigos, o processo de avaliação se iniciará pela categorização dos periódicos como **Consolidados**; **Em Processo de Consolidação**; **Não Consolidados**. Estão sendo aprimoradas as distinções relativas a cada uma dessas categorias em conjunto com o Fórum de Editores da ANPUH e o GT Periódicos do Fórum de Coordenadores. Não vai haver pontuação decorrente de tal categorização. Tomando como base o conjunto da produção, a avaliação vai considerar, em primeiro lugar, a proporção de docentes/ discentes/egressos que publicou nessas categorias de periódicos. Nessa etapa, a ideia é aferir, quantitativamente, a proporção de publicações nas diferentes categorias de periódicos. A primeira aferição, portanto, é da **regularidade da produção total dos docentes.** Neste item, a expectativa é que cada DP apresente, pelo menos, uma (1) produção bibliográfica por ano de atuação.

Em discussão onde definimos o escopo do modelo de avaliação que será refinado até a realização do Seminário de Meio Termo relativo ao quadriênio (2021-2028), ficou pactuado que caberá ao Fórum de Editores – ANPUH/BR , em articulação com o Fórum de Coordenadores de PPG – ANPUH/BR e seus GTs associados ao tema, oferecer à Coordenação da Área uma listagem com a categorização dos periódicos nacionais e internacionais da área de História para viabilizar a aferição da proporção de docentes/ discentes e egressos do PPGH que publicou nessas categorias. Em se tratando de periódicos nacionais, o escopo norteador do processo avaliativo se apresenta no quadro a seguir, sem prejuízo de ser objeto de aprimoramento posterior. [29]

[29] Considerando suas peculiaridades, estão ainda em aprimoramento as dimensões relativas aos periódicos publicados em outros idiomas e estas deverão ser disponibilizadas até 2025. Necessário sublinhar que estamos tratando aqui apenas do detalhamento de procedimentos avaliativos e de suas modalidades de execução na medida em que o eixo conceitual da avaliação da produção bibliográfica está aqui delineado.

Categoria	Critérios Preliminares de Avaliação – Proposta para Periódicos Nacionais
Consolidados	a) com, pelo menos, 5 anos de existência e publicação regular; b) indexação no Miguilim/Diadorim c) presença em, pelo menos, 2 (dois) dos seguintes indexadores: SciELO, DOAJ; Latindex; Redalyc; Amelica, *Scopus, Web of Science*. d) ter abrangência nacional e internacional, seja no âmbito das autorias, dos artigos em outras línguas, e das equipes considerando seus projetos editoriais; e) presença dos itens: ISSN; Editor(a) responsável; Conselho editorial; Conselho consultivo; Normas de submissão; Sistema de avaliação por pares; Publicação de pelo menos 14 artigos por volume (anual); Afiliação institucional dos autores; Diversidade institucional dos membros dos conselhos; Resumo dos artigos e palavras; Periodicidade regular de, ao menos, 4 números f) Ter acesso aberto g) Valorização de projetos editoriais não hegemônicos
Em Processo de Consolidação	a) com, pelo menos, 2 anos de existência e publicação regular; b) indexação no Miguilim/Diadorim c) presença em, pelo menos, 1 (um) dos seguintes indexadores: SciELO, DOAJ; Latindex; Redalyc; Amelica, *Scopus, Web of Science*. d) ter abrangência nacional e internacional, seja no âmbito das autorias, dos artigos em outras línguas, e das equipes considerando seus projetos editoriais; e) presença dos itens: ISSN; Editor(a) responsável; Conselho editorial; Conselho consultivo; Normas de submissão; Sistema de avaliação por pares; Publicação de pelo menos 14 artigos por volume (anual); Afiliação institucional dos autores; Diversidade institucional dos membros dos conselhos; Resumo dos artigos e palavras; Periodicidade regular de, ao menos, 4 números f) Ter acesso aberto g) Valorização de projetos editoriais não hegemônicos
Não Consolidados	Indexado no Miguilim /Diadorim, com menos de 2 anos de publicação continua ou que não atenda os critérios indicados para periódicos consolidados e em consolidação. *OBS: Outros indexadores podem vir a ser incluídos (ou excluídos), considerando a sua eficácia, qualidade e aderência à cultura de publicação da área.*

O passo seguinte usa, apenas, a PRODUÇÃO DESTACADA e JUSTIFICADA pelo PPG (até 4 produtos por Docentes Permanentes). Nesse item, será verificada a proporção de DP que publicou artigos nas categorias Periódicos Consolidados e Livros/Capítulos tipo

L1. Quanto à categorização dos produtos bibliográficos (Livros/Capítulos/Coletâneas), a proposta é usar a classificação de tais produtos revisada e atualizada pelo Fórum de Coordenadores – ANPUH BR, considerando que, também neste item, já se conta com uma longeva experiência de discussão quanto à tal categorização.

A **avaliação qualitativa** será feita, apenas da produção destacada usando os seguintes critérios: (a) aderência à respectiva área de concentração do curso e às respectivas linhas de pesquisa do curso; (b) vinculação ao projeto de pesquisa e à trajetória de pesquisa da equipe vinculada (docentes, discentes, membros externos); (c) aderência à proposta e perfil do programa (inserção regional, nacional ou internacional); (d) contribuição da produção para o campo historiográfico ao qual se vincula; (e) caráter inovador da produção.

É fundamental sublinhar que caberá ao PPGH preencher a justificativa da produção destacada na Plataforma Sucupira de modo circunstanciado tendo como referência os critérios qualitativos indicados para avaliação da produção destacada.

Para os programas profissionais, o fluxo é o mesmo, mas as variáveis se alteram em decorrência da natureza da modalidade. À partida, será avaliada a regularidade da Produção Técnica do PPG, considerando que cada DP deve apresentar, no mínimo, quatro produtos técnicos no quadriênio, tal como detalhados neste Documento de Área no item 2.2.1.

O passo subsequente é a avaliação qualitativa da produção técnica destacada pelo PPG (até 4 produtos técnicos por DP) a partir da: (a) Aderência à respectiva área de concentração do curso e às respectivas linhas de pesquisa do curso; (b) Vinculação ao projeto de pesquisa e à trajetória de pesquisa da equipe vinculada (docentes, discentes, membros externos); (c) Aderência com a proposta e perfil do programa (inserção regional, nacional ou internacional);(d) Contribuição da produção para atender às realidades sociais contemporâneas, buscando soluções aplicadas a tais desafios. (e) Apresentação de linguagens que alcancem público amplo e não acadêmico.

A regularidade da produção bibliográfica dos DP dos programas profissionais também será objeto de avaliação, tal como descrito na Ficha. Importa reiterar que é fundamental o preenchimento circunstanciado na Plataforma Sucupira da justificativa da produção destacada à luz dos critérios indicados para avaliação do item.

2.2.2 PRODUÇÃO TÉCNICA

Em 2019, o Grupo de Trabalho “Produção Técnica” da CAPES estipulou 21 PTTs que poderiam ser avaliados em todas as áreas, recomendando que cada uma indicasse aqueles relevantes para sua avaliação. A Área de História apontou os seguintes:

a) **Curso de formação profissional** (capacitações técnicas e/ou cursos de curta/média/longa duração; oficinas de intervenção social ou pesquisa, no Brasil ou no exterior, ministrados presencialmente ou em plataformas digitais);
b) **Produto de editoração** (organização de livro, de coletânea, de número de periódico, de dicionário, de catálogo, de guias e manuais referentes aos processos educativos e culturais, de roteiros de exposições físicas e virtuais, de roteiros para avaliação de projetos sociais, de inventários de bens culturais ou de pesquisa em acervos);
c) **Material didático** (publicação de livros didáticos, paradidáticos, manuais, guias, cartilhas, catálogos, textos de apoio, romances e histórias em quadrinhos de cunho histórico e cultural; oficinas de formação continuada; sequências didáticas, programas integradores e jogos educativos);
d) *Software*/Aplicativo (programa de computador, jogos pedagógicos interativos e virtuais, código-fonte para replicação da análise de dados, desenvolvimento de plataformas, *blogs* e aplicativos para acesso aos resultados de trabalhos ou pesquisa e ambientes virtuais de aprendizagem);
e) **Evento organizado** (simpósios, seminários, mesas redondas, palestras, aulas magnas, ciclos de palestras, jornadas, debates, exposições científicas, culturais e educativas, olímpiadas, expedições, feiras e mostras culturais e científicas);
f) **Relatório técnico conclusivo** (*working paper,* relatório final de projetos selecionados por agências públicas e privadas de apoio à pesquisa ou a produtos artísticos, educativos e culturais, relatórios solicitados por instituições que lidam com patrimônio material ou imaterial)*;*
g) **Tradução** (produtos bibliográficos, material didático, relatórios, guias, cartilhas, catálogos);
h) **Acervo** (manutenção e/ou curadoria, curadoria de coleções, mostras e exposições realizadas, produção de acervos privados ou públicos, museu digital, ecomuseu; projetos de mediação cultural e museal);
i) **Base de dados técnico-científica** (criação, manutenção, atualização e/ou curadoria de banco de dados; desenvolvimento, manutenção ou atualização de *sites* para divulgação de dados técnico-científicos; criação, manutenção e/ou atualização de plataformas de compartilhamento de dados em acervos digitais);
j) **Produto de comunicação** (criação ou participação ou roteirização em programas de TV, rádio, internet; artigos em jornal ou magazine; entrevistas, documentários, *podcasts*, canais de redes sociais, campanhas publicitárias, músicas e realização de peças audiovisuais) e
k) **Tecnologia Social** (projetos de leituras culturais, artísticas e sociais em equipamentos urbanos, comunidades tradicionais ou vulneráveis, associações recreativas e culturais; e atividades desenvolvidas em projetos aplicados no âmbito de programas de Pesquisa e Extensão voltados para a prospecção de problemas e soluções de realidades sociais contemporâneas, com ou sem apoio de programas e financiamento (a exemplo de PIBID, PIBIC, Pet, ProExt).

A avaliação da produção técnica continua sendo qualitativa e considera os seguintes aspectos:

a) **Enquadramento aos Subtipos Relevantes**: Os produtos técnicos devem se enquadrar nos tipos considerados relevantes para a área de História;
b) **Aderência à Área de História e ao Perfil Institucional**: As produções devem estar alinhadas à área de História e com o perfil institucional estratégico do programa, incluindo modalidade, área de concentração e linhas de pesquisa/atuação;
c) **Demanda e Impacto**: É analisado se a produção atende as demandas contratadas, espontâneas ou por concorrência, se possui foco de aplicação definido, se soluciona problemas previamente identificados e qual o potencial impacto em áreas, tais como, Economia, Saúde, Ensino, Social, Cultural, Ambiental, Científico e de Aprendizagem e
d) **Aplicabilidade**: Avaliação sobre a abrangência territorial da produção, considerando se é internacional, nacional, regional ou local, e o potencial de replicabilidade.

A estratificação dos produtos técnicos ainda não foi estabelecida pela Área, mas isso deve ser objeto de debate pelo Fórum para produzir tal categorização adicional que poderá vir a dar suporte à avaliação de permanência dos PPGs. Importante sublinhar a precedência e relevância da produção técnica para os Programas Profissionais, refletindo uma mudança na valorização desses produtos como expressão da aplicação do conhecimento histórico em diversos contextos.

Há ainda necessidade de sinalizar diretrizes para autoria coletiva na produção historiográfica. Nesse sentido, a **coautoria,** na área de História, deve ser entendida como uma prática que reflete a natureza colaborativa e interdisciplinar da pesquisa. É essencial reconhecer que, em determinadas circunstâncias, a contribuição conjunta de docentes e orientando(a)s pode enriquecer o conteúdo e a qualidade das publicações. No entanto, é crucial estabelecer limites que garantam a adequada atribuição de autoria.

A atribuição de autoria deve refletir as contribuições individuais de cada autor(a), com critérios definidos para determinar sua participação. Além disso, é importante reconhecer que a coautoria não é uma solução universal para os desafios da Área, mas sim uma prática que, quando utilizada de maneira adequada e ética, pode contribuir para o avanço do conhecimento histórico. Entre docentes do mesmo Programa, as coautorias podem ocorrer de diversas maneiras, como colaborações em projetos de pesquisa compartilhados, elaboração conjunta de artigos ou capítulos de livros, participação em grupos de trabalho ou simpósios, entre outros. Entre docentes de instituições diferentes, a coautoria pode envolver parcerias interinstitucionais em projetos de pesquisa, possibilitando a combinação de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, bem como o acesso a recursos e fontes de informação distintas.

No caso da coautoria entre orientador/a e orientando/a, é necessário estabelecer limites claros para garantir uma relação ética e transparente. Durante a relação de orientação, a coautoria pode ocorrer quando ambos contribuem significativamente para o desenvolvimento do trabalho, seja na concepção do projeto, na coleta e análise de dados, na redação do texto ou em outras etapas da pesquisa. É essencial que a atribuição de autoria reflita, de forma precisa, as contribuições de cada autor/a, evitando a percepção de que o/a orientador/a é, automaticamente, coautor do trabalho do/a orientando/a.

2.3 Perspectivas da área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta[30]

A História já adotava muitos dos princípios da Ciência Aberta, especialmente entre seus periódicos. No entanto, o desafio é novo e na direção de ampliar o acesso para incluir também dados, metodologias e outros processos de pesquisa, visto que a Ciência Aberta engloba esses elementos. Estamos diante de um conceito amplo que reúne um conjunto de práticas de ampliação da transparência nos processos de pesquisa e de edição de produtos acadêmicos, assim como o acesso aos conteúdos publicados. Importa dizer que o Brasil se destaca por sua abordagem proativa em relação à Ciência Aberta, com a premissa de que a pesquisa financiada com recursos públicos deve ser disponibilizada em acesso aberto. Isso resultou no fortalecimento dos periódicos nacionais de acesso aberto, em contraste com outros países nos quais a produção científica estava concentrada em grandes editoras comerciais.

O ecossistema de publicação científica nacional, em periódico online da área de História, é composto majoritariamente pelos de acesso aberto. O modelo de assinatura e de acesso restrito não é a realidade nacional para a História. Além disso, a esmagadora maioria dos periódicos da área não cobram taxas de publicação. Neste sentido, o modelo de publicação da área já é em acesso aberto diamante, já devidamente alinhado a esta demanda da Ciência Aberta.

Com relação aos outros três eixos que têm sido privilegiados pela Rede SciELO Brasil, no processo de indução do ecossistema nacional de periódicos rumo à Ciência Aberta (preprint, abertura e referenciação de dados de pesquisa e abertura de identidade e publicação de pareceres), a adesão na área de História parece estar seguindo o mesmo ritmo das demais áreas do conhecimento em nível nacional, nem além, nem aquém - mas carecemos de mais dados e aqueles mais atualizados sobre como essas práticas estão se sedimentando entre os periódicos.

[30] A Coordenação de Área agradece a colaboração do **Fórum de Editores de Periódicos da Área de História – ANPUH – BR,** na consolidação desse item e, de modo particular, a gentileza de Sônia Maria de Meneses Silva (URCA) e Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET/MG).

No entanto, os periódicos possuem força indutiva limitada quando não se há políticas públicas de incentivo e valorização para práticas que geram mais trabalho e mais custos (como é o caso da Ciência Aberta), seja para autores (disponibilidade dos documentos em servidores preprints, preparação de dados para disponibilização pública), para equipes editoriais (trabalho adicional no fluxo editorial para incorporar práticas de preprint e disponibilização de dados, dificuldade adicional para encontrar pareceristas dispostos à abertura de identidade) ou instituições (disponibilização de infraestrutura tecnológica para repositórios de dados de pesquisa, para treinamento dos pesquisadores e equipes de pesquisas para estas práticas).

Definir o conceito de dados em História é complexo, mas é esperado que os periódicos da área ampliem o debate interno para discutir as formas de inclusão de seções específicas para dados de pesquisa, fontes, relatórios de arquivos, entrevistas orais e projetos de pesquisa originais.

A Ciência Aberta busca ser mais transparente, colaborativa e participativa, aproximando-se cada vez mais da sociedade. Isso coloca desafios para os periódicos históricos em termos de políticas editoriais, transparência, preprints, dados abertos, avaliação por pares aberta, métricas alternativas e divulgação científica. A Área – principalmente por meio dos editores de suas revistas – está atenta aos desafios colocados pela questão e tem se empenhado em manter o debate sobre os temas, impasses e “nós górdios” que se apresentam diante dessa realidade.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos PPGs da Área na sociedade

A Área tem por tradição estabelecer fortes relações com a Educação Básica, além de iniciativas junto às organizações da sociedade civil e/ou instituições públicas. Nos últimos anos, também se ampliaram ações variadas comprometidas em auxiliar e fornecer subsídios técnicos e científicos para elaboração de políticas públicas, dentre elas: a) a valorização das diversidades e a busca pela equidade de gênero, raça e etnia; b) os subsídios para o enfrentamento às diferentes formas de violências; c) a democratização e a publicização do conhecimento histórico e d) o acesso e a preservação de acervos de diferentes naturezas, além daquelas iniciativas comprometidas com as lutas contemporâneas por cidadania, reparação e direito à memória.

Na perspectiva da avaliação deste quesito tão relevante, é necessário enfatizar que o foco é na AÇÃO/PROCESSO gerador de Impacto. Os produtos aqui mencionados são entendidos como evidências desse impacto. São valorizados pela Área trabalhos técnicos-científicos, desenvolvidos pelos Programas, com foco na autoria/coordenação de ações e aqueles de consultoria/mediação do conhecimento histórico e sistematização/divulgação científica (popularização da Ciência). Permanece a tendência de valorização de ações junto à Educação Básica, ações junto a organizações da sociedade civil (como associações de classe, entidades representativas, ONGs, observatórios sociais). São também reconhecidas as atuações de docentes e discentes na administração pública (como secretarias de governo, institutos, museus, conselhos, sociedades científicas). Valoriza-se a atuação de egressos em outras regiões que não aquelas de atuação direta do programa.

Nesse quesito, a Área entende como trabalhos técnicos-científicos de autoria/coordenação aqueles em que docentes e/ou discentes sejam os responsáveis diretos pelas ações, tais como, artigo em jornal ou revista de divulgação; resenhas publicadas em periódicos científicos; carta, mapa ou similar; produção de material didático, paradidático e/ou cartilhas educacionais; criação, produção e/ou autoria de *podcast*; tradução; produção, roteiro e/ou criação de audiovisuais, como documentários, curtas-metragens e/ou programa para tv, rádio e mídias digitais; projetos institucionalizados, assim como ações no âmbito de entrevistas para produção de arquivos, a partir da metodologia da História oral; coordenação de simpósios temáticos em eventos científicos; editoria de revista científica; entre outros a serem indicados pelos programas e avaliados pela Área.

Quanto aos trabalhos técnicos-científicos relacionados à consultoria/mediação do conhecimento histórico, a Área compreende ações de assessoria, realização de trabalhos técnicos e formativos, tais como, ações e cursos de capacitação de professores da

educação básica; produção de parecer *ad hoc* para revistas científicas; entrevistas, para tv, rádio, *podcast* e outras mídias; organização de eventos científicos e educacionais; participação em comissão científica externa à instituição de origem; curadoria de exposição artística; organização de acervos e coordenação de arquivos históricos, entre outras possibilidades.

Quanto aos trabalhos técnico-científicos relacionados às ações de sistematização e divulgação científica (popularização da ciência), a Área valoriza aqueles trabalhos que tenham como foco o público acadêmico e não acadêmico. Propõe-se intensificar a publicização do trabalho desenvolvido pelos Programas. Valorizam-se ações como: manutenção de *site* institucional, redes sociais e outros canais e possibilidades de divulgação científica que se vinculem ao suporte das mídias digitais, com atualização periódica e recente; administração de *sites*, *blogs*, magazines e outros, com foco em um público não especializado; cursos de curta duração externos à instituição, organização de eventos e realização de palestras de divulgação científica para públicos não acadêmicos.

As ações elencadas têm sido comuns no rol das atividades dos docentes e discentes vinculados aos Programas. Tais atividades exigem tempo, dedicação e estudo e devem ser considerados na avaliação. É determinante que tais produções sejam descritas e qualificadas para traduzir sua importância/aderência. Nesse sentido, sugere-se que o Programa indique as ações desenvolvidas pelo corpo docente e discente ao longo do quadriênio,[31] valorizando-se uma atuação plural e diversificada em diferentes frentes de atuação. Seria oportuno pensar na construção de mecanismos de escuta quanto ao impacto e relevância de tais iniciativas para garantir maior horizontalidade nas relações dos programas com a sociedade.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos PPGs (Internacionalização Incluída). Popularização da Ciência

No atual estágio de consolidação da Pós-Graduação em História no Brasil, que conta com muitos Programas de notável inserção internacional – o que pode ser atestado pelo expressivo aumento de notas 6 e 7 na Avaliação Quadrienal 2021 – a Área entende que a internacionalização deverá privilegiar ações efetivas, pautadas pela reciprocidade, durabilidade, regularidade e pelo caráter coletivo e colaborativo. Mais que a assinatura de convênios internacionais ou visitas esporádicas de estrangeiros ao Brasil e de brasileiros ao exterior, espera-se que o diálogo com outras tradições historiográficas resulte em produções compartilhadas de excelência e no desenvolvimento de pesquisas inovadoras, a partir do intercâmbio entre perspectivas e modos de trabalho distintos.

[31] Detalhes (quanto à natureza, quantitativo por discente/docente/egresso) sobre as indicações de Produtos Intelectuais serão apresentados nas Fichas de Avaliação.

A avaliação da internacionalização deverá, por outro lado, levar em conta as peculiaridades de cada PPGH, sua inserção regional e seu histórico de ações que extrapolem as localidades onde estão situados. A análise dos indicadores deverá ser ponderada em relação ao tamanho do corpo docente, às condições materiais de funcionamento do Programa e ao grau de desenvolvimento de iniciativas de intercâmbio na instituição à qual este estiver vinculado.

As diretrizes, os objetivos e as estratégias delineados no Plano Nacional de Pós-Graduação 2024-2028 apontam para a importância de investir na internacionalização a partir de alianças Sul-Sul, movimento muito pertinente para a Área de História. Parcerias estratégicas com países da América Latina e da África, poderiam levar ao fortalecimento de intercâmbios equitativos e duráveis, bem como ao desenvolvimento de agendas autônomas de pesquisa. O fato de o Inglês não ter adquirido entre as Humanidades um estatuto tão inconteste de língua franca acadêmica, abre possibilidades para cultivo de um multilinguismo efetivamente plural, capaz de se adaptar à especialização de pesquisa e objetivos institucionais diversos. Merece atenção, nesse sentido, o potencial do Espanhol como idioma para a circulação internacional de trabalhos e o fortalecimento de parcerias regionais. Recomenda-se que os PPGHs estimulem o aprendizado de idiomas e a obtenção de certificados de proficiência.

Uma estratégia ainda pouco explorada é a produção de trabalhos em coautoria com pesquisadores filiados a instituições estrangeiras. Sobretudo se veiculados em periódicos indexados de alto impacto, essas publicações poderão contribuir para a circulação e a visibilidade do conhecimento produzido no Brasil. Em sentido semelhante, a captação de trabalhos internacionais, em idiomas variados, para edição em veículos brasileiros, como já vem fazendo alguns de nossos periódicos de excelência, propiciará diálogos com a atual conjuntura historiográfica.

Em um cenário de financiamento desigual e considerando as experiências da pandemia da Covid-19, a Área entende que as modalidades de participação remota poderão ser mobilizadas para iniciativas que permitam aprimorar parcerias. Os meios digitais poderão fomentar a colaboração entre docentes e pesquisadores de diferentes instituições, sem se restringir a bancas de qualificação e defesa de trabalhos finais. Somam-se a essas possibilidades, minicursos ou mesmo disciplinas que façam uso de tecnologias de informação, especialmente em formato online.

As atividades remotas deverão ocorrer sem prejuízo das presenciais. Serão valorizadas, nesse aspecto, experiências de docentes como professores ou pesquisadores visitantes em instituições estrangeiras e a recepção de professores visitantes com filiação institucional no exterior, de preferência, incluindo atividades de docência.

Quanto à produção acadêmica, serão valorizadas publicações de trabalhos em coautoria com colegas atuantes em instituições estrangeiras, sobretudo aqueles

oriundos de parcerias institucionais, em idiomas e suportes acadêmicos variados. De maneira mais geral, constituirá indicador da internacionalização a publicação de artigos, livros ou capítulos em veículos estrangeiros de excelência, sejam periódicos indexados, sejam editoras internacionais bem-conceituadas. A tradução para outros idiomas de produções docentes será igualmente reconhecida.

Espera-se que o desenvolvimento de convênios de cotutela e a participação em iniciativas multi-institucionais resultem na construção de efetivas relações entre as universidades e programas. Será valorizada a participação de docentes em programas institucionais e projetos de pesquisa em rede, com ou sem financiamento, que envolvam instituições internacionais. Entende-se que estágios de pós-doutorado no exterior, doutorados sanduíches, cotutelas, duplas titulações, orientações de estudantes estrangeiros e recepções de discentes intercambistas representam resultados da internacionalização. Conferências, palestras e bancas no exterior também serão valorizadas. No caso de eventos internacionais, a avaliação levará em conta o tipo de participação e seu grau de relevância – por exemplo, conferencista convidado, integrante de mesa-redonda, apresentador de comunicação, coordenador de simpósio ou mesa.

Constituem indicadores adicionais de internacionalização, a atuação de docentes em outras atividades que envolvam instituições estrangeiras, como integrar conselhos editoriais, realizar revisão por pares em periódicos estrangeiros de impacto e contribuir para órgãos de gestão de associações acadêmicas.

No que se refere à visibilidade do Programa e suas ações, espera-se que cada PPGH mantenha um website que contenha informações como: descrição da Área de Concentração e Linha de Pesquisa; estrutura curricular; perfil dos docentes; lista dos discentes e egressos; acesso às dissertações e teses defendidas; critérios de seleção de discentes, de credenciamento e recredenciamento; informação sobre bolsas, notícias sobre as atividades do programa, página com informações em Inglês e/ou outro idioma.

A Área valoriza a manutenção de perfis do programa em redes sociais com comunicação das suas atividades; a participação na organização de eventos acadêmico-científicos (de abrangência regional, nacional ou internacional) que envolvam agentes externos ao programa. Importante ressaltar que a realização de atividades online também é fundamental para dar visibilidade e divulgar pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Programas.

Espera-se que os programas criem estratégias para comunicar resultados de pesquisas e de reflexões produzidas pelo seu corpo docente e discente para públicos não especializados, diversificando e ampliando estratégias de divulgação científica e de popularização da Ciência. Importa ainda empreender esforços na divulgação do próprio programa.

3.3 Medidas de indução de interação com a Educação Básica e outros setores da sociedade

Nas últimas décadas, observa-se que os PPGHs buscam ampliar suas articulações com a Educação Básica. A expansão dos Cursos de Mestrados Profissionais representa impulso nesse sentido e contribuiu na formação continuada de professores de História. Uma maior articulação com a Educação Básica coloca a necessidade de satisfazer aos princípios e determinações dos órgãos responsáveis por esse nível de ensino.

Dessa forma, as expectativas de maior interação com a Educação Básica devem ir ao encontro dos princípios legais que orientam os cursos de formação de professores, os quais, por suposto, são impositivos. Nesse sentido, o foco da pesquisa acadêmica em História, do escopo e do fundamento dos programas de pós-graduação, deve vivenciar uma ampliação na concepção dos objetos de pesquisa, incluindo questões e demandas da Escola, na conformação dos produtos finais nos cursos acadêmicos. Podemos indicar como iniciativas no sentido de uma maior integração entre os PPGHs e a Educação Básica:

a) Ampliação das temáticas de investigação incluindo temas e problemas indicados nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica que contemplem as práticas docentes, os processos de ensino/aprendizagem, a cultura juvenil e a relação que jovens tem da História;
b) Desenvolvimento de pesquisas sobre a Escola, sua cultura, seus materiais e suas sociabilidades, atribuindo-lhes o mesmo estatuto da pesquisa de natureza historiográfica, articuladas ou não a projetos de extensão;
c) Desenvolvimento de pesquisas de campo, cujo resultado tenha impacto direto em encaminhamentos didático-pedagógicos e, por conseguinte, em processos de ensino e aprendizagem, produzindo conhecimento controlado sobre processos didático-pedagógicos, sobre o uso de novas tecnologias e sobre dinâmicas;
d) Desenvolvimento de pesquisas sobre o currículo escolar de História, na Educação Básica, considerando a função dos diferentes conteúdos; desenvolvimento sobre processos de aprendizagem em História, vivenciados por crianças e adolescentes, considerando as diferentes etapas da Educação Básica;
e) Inserção de Professores que atuam nos PPGH em projetos e programas que valorizam a formação iniciada e continuada de professores (PIBID, PRP, PET, entre outros);
f) Desenvolvimento de material didático e paradidático e
g) Desenvolvimento de projetos que visam fornecer subsídios à construção ou implementação de políticas públicas.

Ao mesmo tempo, tradicionalmente, os PPGHs atuam junto aos diversos setores da sociedade. Entre as iniciativas disponíveis, podemos enumerar:

a) Atuação de docentes em atividades junto aos órgãos governamentais, agências e instituições públicas como INEP, MEC, CAPES, CNPq, FAPs e similares;
b) Presença de docentes em atividades extra-acadêmicas na sociedade civil, tais como, assessorias a ONGs e movimentos sociais, participação e/ou articulação de Observatórios Sociais; associações culturais, de memória, associações de classe; oferta de cursos de extensão e outras formas de colaboração;
c) Participação de docentes em atividades de gestão nas respectivas IES, incluindo cargos como reitoria, pró-reitoria e direção;
d) Participação de docentes em atividades de iniciação à docência, tais como os programas Residência Pedagógica, PIBID e Estágio Obrigatório;
e) Extensão dos espaços de memória, como arquivos e museus, na condição de lugares formativos e de prática de ensino;
f) Atuação de docentes como editores de revistas acadêmicas.
g) Atuação de docentes em meios digitais, como canais *online, podcasts, blogs, vlogs* e rádios *online* e
h) Promoção de ações de História Pública, em diferentes perspectivas e formatos.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

Além das determinações definidas na regulamentação pertinente, a Área considera que se deve observar aqueles PPGs que assumem posição de destaque frente aos demais programas da área. Em avaliações anteriores, tal posição circunscreveu-se basicamente a duas dimensões: "forte inserção social" e à "internacionalização consolidada", essa entendida a partir de um número limitado de ações.

Em alinhamento com as recomendações do GT Excelência na Pós-Graduação Stricto Sensu e com a atual configuração da pós-graduação em História no país, a Área enfatiza a necessidade de ampliar as dimensões da avaliação de excelência dos PPGHs, orientando-as para o engajamento na produção e compartilhamento de respostas inovadoras e criativas para os desafios da sociedade. Assim, considera como dimensões fundamentais para a avaliação da excelência: a) o impacto social dos Programas em nível local, regional e nacional considerando-se as ações apontadas no item específico deste documento; b) a internacionalização consolidada; c) a capacidade diferenciada do programa na formação de recursos humanos, especialmente de doutore(a)s; d) as ações de nucleação e solidariedade.

A internacionalização como dimensão de excelência deve ir além das ações qualificadas e quantificáveis e que são comuns aos demais programas. Espera-se que ela esteja estruturada de modo coerente com a identidade do programa e alinhada às ações do seu planejamento estratégico e da instituição; que seja uma regularidade no Programa envolvendo docentes e discentes.

A formação de historiadores/as qualificados/as e com capacidade de liderança assume uma dimensão central na avaliação da excelência. Entende-se que esse é um processo coletivo; por isso, consideram-se as ações em conjunto de docentes, discentes e egressos. Contudo, valoriza-se, de forma destacada, a produção intelectual de discentes e egressos, especialmente aquelas de autoria que demonstrem a autonomia intelectual desses; o impacto das ações dos discentes formados pelo programa; o destino e atuação de egressos, especialmente a empregabilidade desses em regiões de fortes assimetrias ou em setores relacionados às linhas de pesquisa do programa.

A Área considera a prática de solidariedade entre programas uma dimensão fundamental da excelência pois demonstra o compromisso com o fortalecimento do SNPG e contribui para redução de assimetrias. As ações e processos relacionados à excelência não podem se restringir aos próprios programas, mas devem ser compartilhados. Contudo, a solidariedade deve ir além dos programas formais de cooperação (PCI) e de ações verticais entre programas líderes e os em processo de consolidação. Espera-se que as práticas de programas líderes incluam iniciativas horizontalizadas que possibilitem alavancar a produção intelectual daqueles em

consolidação; a circulação de docentes e discentes; a criação de redes de pesquisas; o desenvolvimento de ações conjuntas que impactam a sociedade, dentre outras.

A Área reconhece que os programas possuem perfis diferenciados e, por isso, a excelência deve ser avaliada a partir de parâmetros alinhados a tais identidades. Além disso, a excelência em determinada dimensão deve demonstrar o envolvimento coletivo do corpo docente, discente e de egressos em seu conjunto e não ações individuais de pesquisadores/as; as ações devem ter regularidade, constituindo-se num processo rotineiro, institucionalizado e não ações esporádicas/ circunstanciais. Espera-se ainda que os programas de excelência se constituam em modelos de boas práticas no que se refere à inclusão, à equidade, à diversidade e à integridade. Importa ainda sublinhar a necessidade de demonstrar seus compromissos com a redução de assimetrias, com o enfrentamento das desigualdades de gênero, étnico-raciais, com o avanço da educação de qualidade, temas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem ser parte relevante das ações do PPGH para que seja considerado como alinhado às condições e critérios da Excelência na Área de História.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A última quadrienal (2017-2020) revelou um crescimento considerável nos Programas qualificados nos estratos de excelência. Os PPGHs nota 7, que eram dois, em 2017, passaram a ser seis; quatro programas receberam a nota 6, em 2017, e nota 5, em 2021. Ainda assim, a concentração no Sudeste continua intensa; com a exceção de um PPGH no Centro-Oeste e um no Sul, que receberam a nota 6, e outro no Sul avaliado com a nota 7, todos os demais se encontram nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Cabe ressaltar ainda, que, dos onze programas que receberam notas 6 e 7, apenas três não estão sediados em capitais estaduais; destes, apenas um se encontra a mais de 100 km de distância das principais regiões metropolitanas do país.

Por outro lado, a última avaliação traz indicações de que a difusão territorial da Pós-Graduação em História avançou, sobretudo na região Norte, que conta agora com dois cursos de doutorado em funcionamento, além de outros programas criados nos últimos anos, que estão passando por seus primeiros ciclos avaliativos.

Ainda que seja compreensível à luz da história da Pós-Graduação no país, esse quadro aponta para a necessidade de ação estratégica de enfretamento das assimetrias. A Área de História entende que as ações necessárias para alcançar uma pós-graduação de qualidade, acessível e com equidade no Brasil incluem: a) o incentivo à mobilidade nacional, particularmente inter-regional, de discentes, docentes e pesquisadores, fomentando mecanismos de solidariedade interinstitucional e o compartilhamento de experiências entre Programas mais e menos consolidados; b) a ampliação de Programas de Pós-Graduação em rede; c) apoios à publicação científica em acesso aberto já tradicionais na Área, garantindo acesso equitativo a uma bibliografia atualizada de excelência e novas oportunidades de publicação e d) a utilização de tecnologias da informação para facilitar o compartilhamento de materiais didáticos e de pesquisa. Também é necessário ponderar indicadores e métricas mais adequados à diversidade das regiões brasileiras que considerem trajetórias e condições efetivas de articulação de um programa de pós-graduação. Por fim, é importante ter no horizonte que as agências devem oferecer, periodicamente, programas de fomento à formação docente e à consolidação de capacidades de pesquisa em regiões de assimetria. A CAPES tem um histórico de experiências exitosas nessa direção.

A Coordenação da Área tem trabalhado em colaboração com os coordenadores dos PPGHs, discutindo indicadores e parâmetros para a avaliação. Todo esse esforço tem

como objetivo reduzir as assimetrias a partir de um processo avaliativo cada vez mais aprimorado com ampla participação da Área.

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI) são definidos pela CAPES como projetos nacionais ou internacionais que implementam turmas temporárias de mestrado e/ou de doutorado, acadêmicos ou profissionais, realizados por uma instituição promotora com programa de pós-graduação nacional, nas dependências de uma instituição receptora.

A área de História avalia positivamente as experiências de PCI pois considera que são estratégias relevantes para a formação de novos profissionais. Recomenda-se que a coordenação na instituição proponente deve ser de um docente permanente do PPGH e, na instituição receptora, de um docente/pesquisador com experiência de estágio pós-doutoral ou gestão de pós-graduação. O corpo docente da instituição proponente deve ser composto por docentes do PPGH e, na receptora, os/as docentes devem possuir vínculo institucional com a mesma instituição. É importante explicitar o impacto da proposta com ênfase na qualificação dos pós-graduandos, na ampliação da capacidade de pesquisa e na sua consolidação institucional, além de sinalizar a criação de relações mais duradouras entre proponente e receptora para além do período do PCI.

Os mecanismos de solidariedade não devem restringir-se aos PCIs. A Área valoriza o compartilhamento de experiências e processos entre programas, especialmente entre aqueles já consolidados e os ppgs em consolidação. As parcerias podem incluir: a) publicações conjuntas; b) formação de redes de pesquisas; c) compartilhamento de disciplinas; d) realização de eventos; e) iniciativas de popularização da ciência, circulação de docentes e discentes e f) desenvolvimento de programas de pesquisa colaborativa, dentre outras. A Área entende que a ampliação das ações de solidariedade é fundamental para o fortalecimento do SNPG, das áreas, além de ser uma estratégia de superação de assimetrias. Além disso, a solidariedade deve ser um diferencial indispensável na construção do conceito de Excelência.

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Desde 2002, os programas de pós-graduação no Brasil vêm adotando ações afirmativas no sentido de promover o acesso e a permanência de pessoas negras (pretas

e pardas), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PcDs) nos cursos de mestrado e doutorado. [32]

Mais recentemente, o Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para a Equidade de Gênero com suas Interseccionalidades no âmbito da CAPES (Portaria Capes 215, de 10 de julho de 2024) orientou procedimentos e ações para aprimorar o processo de inclusão de pessoas diversas que devem ser guias para as Instituições, Programas de Pós-Graduação e Coordenações de Área. Parte das orientações do Comitê complementam os procedimentos de avaliação e estão descritos na Ficha de Avaliação nos campos pertinentes e consideraram as orientações presentes na seção D2 do Documento Parâmetros Comuns.

A Área orienta que os Programas indiquem a existência de políticas de ação afirmativa de promoção do acesso e permanência na pós-graduação, bem como de boas práticas de acessibilidade para pessoas com deficiência. Visando à consolidação das ações afirmativas nos PPGHs e o respeito à legislação vigente, os Programas devem explicitar critérios de inclusão, permanência e acessibilidade para pessoas negras, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência (PcDs). A Área também valoriza que pessoas *trans* (transgêneros, transexuais e travestis) estejam incluídas nessas políticas. As ações afirmativas e políticas de permanência/acessibilidade executadas pelo Programa e pela instituição serão consideradas na avaliação do Quesito Impacto.

O programa deve se orientar pela legislação vigente que considera a proporção regional desses grupos populacionais por região e reservar número de vagas compatíveis para pessoas inscritas no certame através do programa de ações afirmativas. Valoriza-se que a política de distribuição de bolsas reserve vagas para pessoas aprovadas em tais programas.

Por fim, a Área também demanda que os programas sinalizem o compromisso com a promoção da equidade de gênero na composição do corpo docente e discente, das comissões julgadoras das defesas, para as coordenações e comissões do programa, para parcerias interinstitucionais e internacionais. Importante ainda indicar as ações político-institucionais de combate ao assédio. Todas essas ações devem ser reportadas e devidamente acompanhadas pelo Programa e, para maior alcance, pela Instituição. A Área recomenda ainda a definição de medidas que considerem as licenças por motivo de parto, adoção ou obtenção de guarda para fins de adoção e outras modalidades previstas na legislação para discentes e docentes. Na análise da Produção, o número de docentes permanentes e discentes nessas condições, pode não ser considerado no cálculo geral.

[32] Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade de tais políticas e, em 2016, por meio da Portaria nº 13, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu que as IES deveriam apresentar propostas para a inclusão de pessoas negras, indígenas e PcDs em seus ppgs como parte das políticas de ações afirmativas.

Nesse caso, será preciso indicar as pessoas que se enquadram nesta condição no relatório qualitativo.[33]

Uma dimensão relevante para institucionalização das ações afirmativas e políticas de promoção da equidade é a elaboração de estratégias e procedimentos adequados às novas condições; uma delas, sem dúvida, é a formação das bancas e a inclusão de Avaliadores Especiais, justificada para assegurar horizontalidades no diálogo acadêmico, na produção do conhecimento e formação dos profissionais de História. Desse modo, considera-se positiva a participação de membros da sociedade civil com reconhecido saber e experiência na área temática da pesquisa como Membro Externo/ Avaliador Especial (lideranças indígenas e quilombolas, por exemplo).

[33] É necessário ainda ter, no horizonte, as disposições da Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração

A Área não apoia a fragmentação de PPGHs existentes ou a proposição de programa da mesma modalidade (acadêmico ou profissional) em instituição que já tenha um programa na Área. Caso um grupo de docentes qualificados veja essa necessidade, deve apresentar proposta bem justificada, evidenciando a impossibilidade de desenvolvimento científico de uma temática específica no interior do programa já existente.

Por outro lado, a Área propõe que os programas que estão na mesma instituição avaliem as possibilidades de fusão, com a perspectiva de unir forças e recursos materiais. Há poucas instituições com duplicidade de PPGHs. Sugere-se aos PPGHs dessas instituições que verifiquem a possibilidade prática de unificação na perspectiva de fortalecer seus esforços de pós-graduação. De acordo com a legislação vigente, será mantida a nota do programa mais bem avaliado. Por sua vez, a Área se compromete a ponderar positivamente esse esforço ao final da avaliação quadrienal.